

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Mariana Rúbia Gonçalves dos Santos

**O ADULTO E SUA SUBJETIVIDADE NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES DE CUIDADO:
um percurso pelas teorias de Donald Winnicott e Silvia Bleichmar**

Belo Horizonte

2021

Mariana Rúbia Gonçalves dos Santos

**O ADULTO E SUA SUBJETIVIDADE NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES DE CUIDADO:
um percurso pelas teorias de Donald Winnicott e Silvia Bleichmar**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Fábio Roberto Rodrigues Belo

Área de concentração: Estudos Psicanalíticos

Linha de pesquisa: Conceitos Fundamentais em Psicanálise Investigações no Campo Clínico e Cultural

Belo Horizonte

2021

150	Santos, Mariana Rúbia Gonçalves dos.
S237a	O adulto e sua subjetividade no contexto das relações de cuidado [manuscrito] : um percurso pelas teorias de Donald Winnicott e Silvia Bleichmar / Mariana Rúbia Gonçalves dos Santos. - 2021.
2021	84 f. Orientador: Fábio Roberto Rodrigues Belo.
	Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia.
	1. Psicologia - Teses. 2. Psicanálise - Teses. 3. Mães e filhos - Teses. 4. Maternidade - Teses. I. Belo, Fábio Roberto Rodrigues . II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

PPG
PSI
UFMG

FOLHA DE APROVAÇÃO

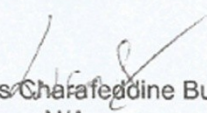
**O adulto e sua subjetividade no contexto das relações de cuidado:
um percurso pelas teorias de Donald Winnicott e Silvia Bleichmar**

MARIANA RÚBIA GONÇALVES DOS SANTOS

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em PSICOLOGIA, área de concentração ESTUDOS PSICANALÍTICOS, linha de pesquisa Conceitos Fund. Psicanálise Invest. Campo Clínico e Cultural.

Aprovada em 22 de fevereiro de 2021, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Fábio Roberto Rodrigues Belo - Orientador
UFMG


Prof(a). Lucas Charafeddine Bulamah
N/A


Prof(a). Érica Silva do Espírito Santo
UFMG


Prof(a). Maria Teresa de Melo Carvalho
UFMG

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2021.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Márcia, e ao meu pai, Lincoln, pelo amor e pelo cuidado constante e confiável que, além de terem constituído parte importante de quem sou hoje, tornaram possível que eu me aventurasse por caminhos acadêmicos até então desconhecidos para minha família. Ao meu irmão, Junin, pelas histórias bonitas que me conta sobre minha infância e por todas as outras, tão bonitas quanto, que me ajudou a construir. Agradeço ainda à paciência de todos eles em ouvir diferentes trechos desse manuscrito ao longo do processo de escrita.

Ao meu orientador, Fábio Belo, pelo apoio e pelo investimento afetivo ao longo de toda a minha formação que possibilitaram que eu me tornasse uma analista. E, em especial, por seu incentivo para que eu desse continuidade à minha formação como pesquisadora.

Às queridas amigas, Pâmela, Nathália e Bárbara, pela presença em minha vida, pela torcida e pelo entusiasmo com que acolhem meus mais variados projetos.

À Érica Espírito Santo, pelo carinho e pelo cuidado que tem comigo e com os diferentes aspectos da minha formação, e por ter sido uma interlocutora essencial para a realização desse projeto.

Ao Alberto Timo, pelo cuidado que tem comigo e por sua generosidade que tornaram muitas das minhas travessias mais leves de serem percorridas. E por me incentivar a sonhar com muitas outras ainda a percorrer.

À Maria Teresa Carvalho, pela generosidade e pela precisão nos apontamentos que me ajudaram tanto no desenvolvimento do pré-projeto quanto na sequência desse trabalho.

Ao Felipe Lattanzio, pela disponibilidade para o diálogo, pela leitura cuidadosa e pelas indicações que me ajudaram a identificar pontos importantes a serem trabalhados.

Aos colegas do grupo de pesquisa Psicanálise e Política, cuja leitura e os comentários nas diferentes fases desse trabalho muito me auxiliaram em sua construção.

Aos colegas do mestrado, que tornaram os percalços do caminho mais leves e os dias mais divertidos.

Ao CNPq pelo apoio para a realização dessa pesquisa.

Na psicanálise esses instintos amorosos são chamados, a potiori [de preferência] e devido à sua origem, de instintos sexuais. . . . Quem toma a sexualidade por algo vergonhoso e humilhante para a natureza humana tem inteira liberdade para usar expressões mais nobres, como “Eros” e “erotismo”. Eu próprio poderia tê-lo feito desde o início, poupando-me de muita hostilidade. Mas não quis fazê-lo, porque prefiro evitar concessões à pusilanimidade. Nunca se sabe aonde conduz esse caminho; primeiro cedemos nas palavras, e depois, pouco a pouco, também na coisa.

(Sigmund Freud, 1921)

RESUMO

Santos, M. R. G. (2021). *O adulto e sua subjetividade no contexto das relações de cuidado: um percurso pelas teorias de Donald Winnicott e Silvia Bleichmar*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Esta dissertação investiga o lugar conferido pelas teorias de Donald Winnicott e Silvia Bleichmar ao adulto e à subjetividade do adulto envolvido em uma relação de cuidado com uma criança. Nossa hipótese de trabalho, formulada a partir do contato com teorias desenvolvidas por autoras feministas, como Chodorow, Doane e Hodges, e Parker, propõe que a pouca atenção conferida por uma teoria à subjetividade do adulto e, em especial, a sua dimensão inconsciente favoreceria construções teóricas idealizadas e prescritivas tanto acerca desse adulto quanto das relações e tarefas de cuidado. Na Introdução da dissertação, questionamos, a partir da contextualização histórica, a naturalização e a idealização que comumente permeiam as representações do adulto cuidador e das relações de cuidado, buscando demonstrar como a atribuição das tarefas de cuidado às mulheres, bem como a associação de sua imagem ao ideal de boa mãe, configuram-se como construções sócio-históricas derivadas do projeto político burguês, instituído ao longo dos séculos XVIII e XIX. Procuramos ainda elencar consequências teóricas, clínicas e sociais da defesa e da manutenção de um quadro rígido de atribuições de tarefas de cuidado junto ao *infans* definidas com base no sexo-gênero dos cuidadores. No primeiro artigo que compõe esse trabalho realizamos uma revisão crítica sobre o lugar da mãe como ambiente facilitador na teoria de Winnicott. Nele, após uma breve caracterização das principais tarefas conferidas à dupla mãe-bebê, evidenciamos tensões presentes na forma como Winnicott concebia a capacidade para o cuidado e justificava a atribuição dessas tarefas às mães. A conclusão aponta para a presença de duas correntes de pensamento em Winnicott, uma que tende a naturalizar e a idealizar o cuidado atrelando-o à mãe e outra que abre espaço para entendermos o cuidado como associado ao desejo e à história de cada indivíduo. No segundo artigo, realizamos uma revisão bibliográfica do lugar conferido pela teoria de Silvia Bleichmar ao adulto e a sua subjetividade no contexto das relações de cuidado. Nossa análise demonstra que embora a grande atenção conferida à subjetividade e ao inconsciente do adulto não tenha garantido a eliminação da prescrição das funções de cuidado com base no sexo-gênero dos cuidadores em sua teoria, ela permitiu à autora a construção de uma abordagem capaz de oferecer contrapontos importantes a representações teóricas idealizadas do adulto no âmbito das relações de cuidado.

Palavras-chave: Relação mãe-bebê. Subjetividade materna. Idealização. Psicanálise. Winnicott. Silvia Bleichmar.

ABSTRACT

Santos, M. R. G. (2021). *The adult and his subjectivity in the context of care relationships: a course through Donald Winnicott's and Silvia Bleichmar's theories*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

This dissertation investigates the place given by the theories of Donald Winnicott and Silvia Bleichmar to the adult and the subjectivity of the adult involved in a care relationship with a child. Our working hypothesis, formulated from contact with theories developed by feminist authors such as Chodorow, Doane and Hodges, and Parker, proposes that the little attention given by a theory to the subjectivity of the adult and, in particular, its unconscious dimension would favor idealized and prescriptive theoretical constructions to this adult as well as the relationships and care tasks. In the Introduction of the dissertation, we question, from the historical contextualization, the naturalization and idealization that commonly permeate the representations of the adult caregiver and care relationships, seeking to demonstrate how the allocation of care tasks to women, as well as the association of her image with the ideal of a good mother, are configured as socio-historical constructions derived from the bourgeois political project, instituted throughout the 18th and 19th centuries. We also seek to list the theoretical, clinical and social consequences of defense and maintenance of a rigid framework for assigning care tasks with the child defined based on the sex-gender of the caregivers. In the first article that makes up this work carried out a critical review of the mother's place as a facilitating environment in Winnicott's theory. In it, after a brief characterization of the main tasks assigned to the mother-baby pair, we see tensions present in the way Winnicott conceived the capacity for care and justified the assignment of these tasks to mothers. The conclusion points to the presence of two currents of thought in Winnicott, one that tends to naturalize and idealize care, linking it to the mother and another that gives room for understanding care as associated with the desire and history of each individual. In the second article, we performed a bibliographic review of the place given by Silvia Bleichmar's theory to adults and their subjectivity in the context of care relationships. Our analysis demonstrates that although the great attention given to the adult's subjectivity and unconscious has not guaranteed the elimination of the prescription of care functions based on gender of the caregivers in her theory, she allowed the author to build an approach able to offer important counterpoints to idealized theoretical representations of the adult in the care relationships.

Keywords: Mother-baby relationship. Maternal subjectivity. Idealization. Psychoanalysis. Winnicott. Silvia Bleichmar.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Referências.....	17
2	PRIMEIRO ARTIGO: A mãe como ambiente facilitador: tensionamentos na teoria winnicottiana do amadurecimento pessoal	22
2.1	Introdução.....	22
2.2	A relação mãe-bebê na teoria do amadurecimento pessoal: uma breve revisão.....	24
2.2.1	Os estágios primitivos.....	24
2.2.2	Os estágios de dependência e independência relativas.....	26
2.2.2.1	O estágio de desilusão.....	27
2.2.2.2	Transicionalidade.....	28
2.2.2.3	O estágio do uso do objeto.....	30
2.2.2.4	O estágio do EU SOU.....	31
2.2.2.5	O estágio do concernimento.....	32
2.3	Tensionamentos do lugar da mãe como ambiente facilitador.....	34
2.4	A subjetividade materna na teoria do amadurecimento pessoal.....	39
2.5	Considerações finais.....	43
2.6	Referências.....	44
3	SEGUNDO ARTIGO: O adulto cuidador na teoria de Silvia Bleichmar	49
3.1	Introdução.....	49
3.2	As funções de cuidado: a mãe como duplo comutador.....	51
3.3	A mãe enquanto sujeito clivado.....	56
3.3.1	Primeiro caso.....	57
3.3.2	Segundo caso.....	61
3.4	Metábole: o papel ativo da criança em seu processo de estruturação psíquica.....	68
3.5	Efeitos desta perspectiva na compreensão das relações de cuidado.....	71
3.6	Considerações finais.....	76
3.7	Referências.....	76
4	CONCLUSÃO	78
4.1	Referências.....	83

1 - INTRODUÇÃO

Partindo de uma perspectiva histórica, Nunes (2011) nos informa que a descrição da mulher e, mais especificamente, da mãe como “guardiã da família e da infância” (p. 104) configura-se como um ideal de feminilidade construído a partir da consolidação da ordem burguesa e do modelo de família por ela instituída. De acordo com a autora, naquele período, a preocupação crescente com os temas da mortalidade infantil e com a formação das crianças, acrescida da descoberta médica da importância dos cuidados com o lactente para o seu bom desenvolvimento, conduziram os arautos do projeto político burguês, dentre os quais figuravam médicos, filósofos e moralistas, à reformulação da imagem da mulher (Nunes, 2011). É então que a imagem negativa do sexo feminino derivada do cristianismo e associada ao mal, à luxúria e ao perigo cede espaço à imagem positiva da mulher atrelada à figura da mãe, “que passa então a ser vista como sensata, modesta e pondera, cujas ambições não ultrapassariam o limite do lar” (Nunes, 2011, p. 104).

No entanto, para que o recém-criado ideal feminino, que prescrevia a dedicação total das mulheres às tarefas relativas à maternidade e ao lar, não entrasse em conflito com os ideais burgueses de igualdade outro movimento se fez necessário, a saber, o atrelamento da diferença dos gêneros à diferença anatômica entre os sexos (Nunes, 2011). Os discursos médicos da época dedicaram-se então a ressaltar as diferenças entre homens e mulheres em seus aspectos físicos e morais. Discurso que, por ancorar-se na ideia de natureza, conduziu à “consolidação da ideia de uma diferença de essências, naturalmente determinada, que passou a justificar inserções sociais diferentes para homens e mulheres” (Nunes, 2011, pp. 105-106).

Ainda nesse contexto, nos demonstra Nunes (2011), teve origem o argumento de que a mulher não seria nem inferior ao homem nem imperfeita, mas “sim perfeita em sua especificidade” (p. 106), uma vez que as características morais e físicas derivadas de seu sexo configurar-se-iam como “condizentes com a função materna e a vida doméstica” (p. 106). Estabelecendo, assim, uma relação de complementaridade com as características do homem, cujo campo de atuação encontrar-se-ia naturalmente vinculado à esfera pública. Nas palavras da autora, nesse período apontava-se, “então, como características da essência feminina, atributos como: fragilidade, doçura, afetividade, passividade e capacidade de sacrifício. Características consideradas fundamentais para o cuidado com a infância” (Nunes, 2011, p.106). É a partir daí que as dimensões da maternidade e da feminilidade passaram a ser associadas a uma ética do cuidado com o outro.

Já no âmbito da psicanálise, coube à teoria das relações objetais enfatizar a importância das relações estabelecidas nos primeiros tempos de vida para a constituição do *infans*¹ e de seu psiquismo, promovendo, assim, a abertura de novos campos de pesquisa para a teoria psicanalítica. As funções desempenhadas pelas mulheres e em especial pelas mães, naquele período e ainda hoje as principais responsáveis pelos cuidados com as crianças² (IBGE, 2015), ganharam então destaque, constituindo-se como ponto privilegiado de investigação e teorização para essa escola da psicanálise. Esse enfoque atraiu a atenção de autoras feministas (Badinter, 1985; Chodorow, 1978; Chodorow & Contratto, 1992; Doane & Hodges, 1992) que, ao lançarem o olhar da mulher sobre as teorizações acerca dos primeiros tempos de vida da criança, formularam críticas importantes à forma como eram entendidas e descritas as relações de cuidado.

No fim da década de 1970, Chodorow (1978) questionava o posicionamento de teóricos como Bowlby e Winnicott que atribuíam o cuidado e atenção dedicados ao filho a um estado especial próprio das mães, originado por meio de suas capacidades naturais para o estabelecimento da identificação com a criança; no início de 1980, as pesquisas históricas de Badinter (1985) e Ariès (1980) apontavam para o caráter de construção sócio-histórica tanto do sentimento de família e do sentimento de infância, quanto do amor que as mães suposta e naturalmente direcionariam a seus filhos; em 1990, teóricas como Doane e Hodges (1992) teceram críticas não apenas a autores clássicos da psicanálise, como também a autoras feministas que, ao abordarem a relação mãe-criança, mantiveram o enfoque na descrição das necessidades do *infans*, negligenciando os interesses, atravessamentos e aspectos em jogo na subjetividade da mãe.

Parte das publicações recentes sobre o tema caminham em um sentido semelhante, tais como, a pesquisa conduzida por Nunes (2011), que destacou o sofrimento psíquico gerado pelo ideal da mulher contemporânea que, se por um lado, abarcou os novos modos de inserção da mulher na cultura, por outro, continuou a privilegiar a função materna e o ideal a ela associado; o trabalho realizado por Zornig (2010), que evidenciou o caráter de construção presente no conceito de parentalidade, segundo o qual, o processo de tornar-se pai e tornar-se mãe não poderia ser pensado sem levar em consideração aspectos da realidade psíquica dos cuidadores, tais como o desejo e a história individual de cada um deles; e a pesquisa realizada por Granato e Aiello-Vaisberg (2009) que alertaram para a importância da atenção e da

¹ Criança que ainda não fala.

² De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (Pnad) desenvolvida pelo IBGE, em 2015, dos 10,3 milhões de crianças com menos de 4 anos em nosso país, 86,3%, isto é 8,6 milhões, tinham como principal responsável por seu cuidado uma mulher, seja ela mãe, mãe de criação ou madrastra.

cautela em profissionais envolvidos no trabalho com mães e bebês, tendo em vista a facilidade da identificação com o bebê, em sua fragilidade, e o esquecimento das questões relativas à mãe. Aspecto esse corroborado pela pesquisa desenvolvida por Faraj, Martins, Santos, Arpini e Siqueira (2016) que constatou a dificuldade dos profissionais de saúde, nos hospitais públicos pesquisados, em lidar com a renúncia da maternidade em puérperas que haviam decidido entregar seus filhos para a adoção.

A despeito dessa ampla gama de teorizações com vistas a desconstruir a atribuição do cuidado com o *infans* única ou prioritariamente às mães, bem como as tentativas teóricas de flexibilizar a rigidez dos ideais associados ao exercício dessa função, ainda hoje é possível encontrar na literatura sobre o tema posicionamentos como os de Rosa (2014) que afirma que, nos períodos iniciais do desenvolvimento do *infans*, a mãe deveria “dedicar-se integralmente ao seu bebê” (p. 27), sendo inclusive, no cenário ideal, protegida pelo pai da criança de quaisquer interferências externas que viessem a perturbar esse vínculo. Ou ainda como os sustentados por Amiralian (2014) que, ao considerar a possibilidade do exercício das funções de cuidado para com o *infans* por “substitutos maternos”, afirma que “a mulher é melhor mãe, por ser aquela que guarda uma íntima relação com o elemento feminino puro, por sua constituição biológica e pelo preparo de seu corpo durante os nove meses de gestação” (p. 135). No que diz respeito ao papel do homem ou do pai no cuidado com o *infans* encontramos a defesa de que os pais funcionariam prioritariamente como substitutos maternos por curtos períodos de tempo (Amiralian, 2014). Assim como argumentos como os de Rosa (2014) que, nos primeiros tempos de vida da criança, limita o pai à função de fornecer a primeira configuração de pessoa total ao bebê³, “pelo fato de o pai nunca ter estado tão misturado ao bebê como a mãe esteve, por suas próprias características masculinas que o diferenciam daquilo que são os cuidados maternos” (p. 30).

A nosso ver, a defesa e a manutenção de um quadro rígido de atribuições de tarefas de cuidado junto ao *infans* definidas com base no sexo-gênero dos cuidadores não está isenta de consequências teóricas, clínicas e sociais. Teóricas na medida em que limitam nossa compreensão dos diferentes arranjos possíveis entre adulto e criança a partir de uma perspectiva psicanalítica; clínicas na medida em que, ao assumirmos como válidos os pressupostos informados pelas funções maternas e paternas, transformamo-nos em potenciais produtores de silenciamentos de percepções, desejos e vivências que não se encaixem nessa

³ É interessante notar que a insistência de parte da literatura sobre o tema em restringir as funções paternas a atividades bem específicas não se mostra compatível com os dados extraídos do cotidiano, de acordo com o último Censo do IBGE, no ano de 2010, mais de 880 mil homens residiam com seus filhos sem a presença de cônjuge ou parente, exercendo, portanto, algum tipo de tarefa de cuidado (IBGE, 2012).

norma; e sociais ao passo que reforçam e incentivam a manutenção de uma compreensão fortemente hierárquica da cena de cuidado, na qual os interesses e necessidades da mãe/mulher deveriam ser relegados ao segundo plano em favor da criança, com todas as implicações práticas decorrentes dessa leitura. Tal como a apresentada por Doane e Hodges (1992), que apontam para o potencial dessas formulações para influenciar a visão dos júris, dos juízes e dos advogados nas disputas pela guarda dos filhos, e por Nunes (2011), que descreve a manutenção da dupla jornada de trabalho das mulheres como resultado do atrelamento de sua identidade ao ideal de boa mãe.

Parece-nos que as principais críticas elaboradas por Chodorow (1978), Doane e Hodges (1992) e Parker (1995/1997) aos teóricos das relações objetais, a saber: 1) a tentativa de naturalizar a atribuição das funções de cuidado à mãe; 2) seguida da desconsideração das dificuldades que permeiam o exercício dessas funções, teriam sua origem num ponto em comum. Nossa hipótese inicial, derivada de investigações anteriores sobre a temática (ver Santos, Miranda & Belo, 2020), é a de que descrições idealizadas e prescritivas sobre as tarefas de cuidado só se tornam possíveis na medida em que relegamos ao segundo plano a subjetividade do adulto, em especial, sua dimensão inconsciente, bem como os aspectos derivados da sexualidade infantil perversa e polimorfa postulados por Freud (1905/1989).

É com base na importância do tema para os campos clínico, teórico e social que nos propomos a investigar como dois importantes psicanalistas que se dedicaram ao estudo das origens do sujeito psíquico e das relações estabelecidas nos primeiros tempos de vida, a saber, Silvia Bleichmar e D. W. Winnicott, descreveram o adulto envolvido em uma relação de cuidado com uma criança. Em especial, buscando compreender como ele é descrito, quais são as funções a ele atribuídas e como a maior ou menor atenção conferida por esses teóricos à subjetividade e ao inconsciente desse adulto impactam suas descrições acerca da relação de cuidado.

Selecionamos como objeto de estudo a obra de dois psicanalistas que adotam pontos de partida diferentes para compreensão das origens do sujeito psíquico e das relações de cuidado. A escolha da obra de Winnicott justifica-se por sua importância enquanto representante da “linha britânica da teoria das relações objetais”⁴ (Podkameni & Guimarães,

⁴ Já Moraes (2008) afirma que a afiliação de Winnicott ao *Middle Group*, cujos integrantes “passaram a ser indistintamente conhecidos como teóricos das relações objetais” (p. 80), encontrar-se-ia mais associada a uma forma de garantir o exercício de sua liberdade de pensamento dentro da Sociedade Britânica de Psicanálise do que a uma identificação do autor com as diretrizes teóricas do grupo. Naquele período, nos conta Moraes (2008) a Sociedade Britânica de Psicanálise encontrava-se dividida entre as propostas de Anna Freud e Melanie Klein, que deram origem a dois grupos de formação no interior dessa Sociedade, caracterizados, de acordo com a autora, por “forte hermetismo” (p. 81) e por um regime de “sucessão apostólica” (p. 81). Nesse sentido, defende

1997, p.7), cujos pensamentos influenciaram o fazer teórico e prático de analistas em diferentes partes do mundo (Moraes, 2008; Parker, 1995/1997, Podkameni & Guimarães, 1997). Já a escolha da obra de Silvia Bleichmar, psicanalista argentina, que desenvolveu sua teoria em diálogo profícuo com as formulações de Freud e de Jean Laplanche, justifica-se devido a sua proposta de abordar as origens do sujeito psíquico levando em consideração “a primazia do sexual . . . [para o] campo da psicanálise” (Carvalho & Ribeiro, 2007, p. 13). Esta se configurará, portanto, como uma pesquisa teórica que irá se valer da revisão bibliográfica e da revisão crítica na abordagem de seu objeto de estudo. Esperamos, ao fim da pesquisa, ser capazes de avaliar o potencial de cada uma dessas teorias em contribuir para o questionamento ou para o incentivo a compreensões idealizadas e prescritivas acerca das relações de cuidado.

O primeiro artigo, intitulado “A mãe como ambiente facilitador: tensionamentos na teoria winnicottiana do amadurecimento pessoal”, terá o objetivo de investigar e problematizar a partir dos textos de Winnicott como a mãe é descrita e qual atenção é dada a aspectos referentes à sua subjetividade no processo de fornecimento de cuidados suficientemente bons a uma criança. Com vistas a obter uma visão mais ampla sobre o tema, visitaremos artigos elaborados em diferentes momentos do percurso teórico do autor: de textos publicados originalmente em 1945 a textos publicados em 1971.

O artigo se dividirá em duas partes. Na primeira delas, composta pela “Introdução” e pela seção “A relação mãe-bebê na teoria do amadurecimento pessoal: uma breve revisão”, apresentaremos o processo de amadurecimento pessoal de um indivíduo, tal qual proposto por Winnicott (1963/1983, 1970/1994), com seus dois fatores de base: de um lado a tendência inata ao amadurecimento, de outro a existência contínua de um ambiente facilitador, de modo a demonstrar a importância que o ambiente, descrito como a mãe do lactente (Winnicott, 1945/2000, 1956/2000, 1964/1989, 1967/1989), adquire nas formulações winnicottianas sobre os primeiros tempos de vida. Em seguida, realizaremos uma revisão bibliográfica dos estágios iniciais do amadurecimento pessoal com o objetivo de situar o leitor na discussão, caracterizar as principais tarefas conferidas a dupla mãe-bebê e, assim, evidenciar o caráter complexo e multifacetado da tarefa de constituir-se enquanto ambiente facilitador de uma criança. Utilizaremos como guia dessa revisão a metodologia de leitura da obra winnicottiana proposta

a autora, ainda que Winnicott tenha se aproximado do *Middle Group* como forma de sustentar uma concepção científica da psicanálise e, junto a ela, maior independência na formulação de suas ideias, “as diferenças entre ele e os denominados teóricos das relações objetais são tão fundamentais que não permitem sequer incluí-lo nessa classificação” (Moraes, 2008, p. 83). Para um aprofundamento nas propostas da autora ver Moraes, A. A. R. E. (2008). Winnicott e o Middle Group: a diferença que faz diferença. *Natureza humana*, 10(1), 73-104.

por Dias (2012) que dividiu didaticamente o desenvolvimento humano em estágios do amadurecimento.

Na segunda parte do artigo, composta pelas seções “Tensionamentos do lugar da mãe enquanto ambiente facilitador” e “A subjetividade materna na teoria do amadurecimento pessoal”, buscaremos, por meio de uma revisão crítica, evidenciar e problematizar algumas tensões presentes na obra winnicottiana. Como forma de investigar as justificativas dadas pelo autor para a atribuição das tarefas de cuidado à mãe, analisaremos a noção de preocupação materna primária, bem como o conceito de identificação, nos valendo do diálogo com Laplanche e Pontalis (2001) para problematizar o uso desse conceito por Winnicott. No que diz respeito aos elementos que fomentariam a capacidade para cuidado, compararemos diferentes passagens do próprio Winnicott, as primeiras delas onde a capacidade para o cuidado estaria associada a características naturais das mães (Winnicott, 1950/1994, 1968/1994), as últimas onde se encontrariam associadas a fatores como desejo, escolha e afeto (Winnicott, 1966/1994). Analisaremos, por fim, o lugar conferido por Winnicott à subjetividade materna, buscando demonstrar que em suas teorizações sobre a relação mãe-bebê o enfoque foi dado à descrição dos processos e necessidades dos lactentes. Com o auxílio dos textos de comentadores (Dias, 2002, 2012) e de autoras femininas (Chodorow, 1978; Doane & Hodges, 1992) levantaremos hipóteses sobre a pouca atenção conferida por Winnicott à subjetividade materna, bem como sobre os efeitos dessa opção teórica em suas descrições sobre a relação de cuidado.

Concluimos apontando para a presença de duas correntes de pensamento em Winnicott: uma que tende a naturalizar e a idealizar o cuidado atrelando-o à mãe e outra que abre espaço para entendermos o cuidado como associado ao desejo e à história de cada indivíduo. Buscamos ainda elencar algumas consequências teóricas, clínicas e sociais da adoção de cada uma dessas correntes.

Já o segundo artigo, intitulado “O adulto cuidador na teoria de Silvia Bleichmar”, se dedicará a investigar o lugar e a atenção conferida pela psicanalista argentina ao adulto e a sua subjetividade no processo de constituição psíquica da criança. De modo a obter elementos que nos permitam testar nossa hipótese de que a pouca atenção conferida por uma teoria à subjetividade do adulto cuidador e, em especial, a sua dimensão inconsciente, favoreceria construções teóricas idealizadas e prescritivas tanto acerca desse adulto quanto das relações e tarefas de cuidado. Elegemos os livros *Nas origens do sujeito psíquico: do mito à história* (1984/1993) e *A fundação do inconsciente: destinos de pulsão, destinos do sujeito* (1993/1994) como objetos de análise por se configurarem como os principais trabalhos em

que Bleichmar (1993/1994) se dedicou ao estudo da relação adulto-criança e à construção de uma “teoria da constituição do aparelho psíquico infantil” (p. 36).

Num primeiro momento do texto, composto pela “Introdução”, apresentaremos a perspectiva de Bleichmar (1984/1993) do lactente enquanto um sujeito em estruturação, no qual nem o ego nem o inconsciente estariam presentes desde as origens. Buscando demonstrar a importância do adulto e dos movimentos por ele realizados para o estabelecimento de uma relação de cuidado capaz de dar início ao processo de constituição psíquica do lactente.

Nas seções “As funções de cuidado: a mãe como duplo comutador” e “A mãe enquanto sujeito clivado”, abordaremos as implicações derivadas do fato de as relações de cuidado serem compostas, de modo geral, por um lactente ainda em estruturação, sem psiquismo constituído, e um adulto com um psiquismo já constituído e clivado entre uma dimensão pré-consciente–consciente e o inconsciente. Para Bleichmar (1993/1994), os cuidados maternos não se reduziram ao aplacamento das tensões autoconservativas, sendo também responsáveis pela implantação na criança de estímulos excitantes derivados da sexualidade inconsciente dos cuidadores. Estímulos esses essenciais para a saída do lactente da ordem da natureza, baseada na autoconservação e no instinto, e sua transformação em um produto da cultura, guiado pelas lógicas do prazer-desprazer e do amor-ódio (Bleichmar, 1984/1993, 1993/1994). Nesse contexto, descreveremos as funções sexualizante e narcisizante realizadas pelo adulto que compõem a função de duplo comutador, descrita pela autora, buscando demonstrar como o exercício dessas funções, vitais para a constituição psíquica do lactente, encontram-se associadas à compreensão do adulto enquanto sujeito clivado. Os efeitos da descrição do adulto enquanto sujeito clivado para o campo das relações de cuidado também começarão a ser abordados nesta seção.

Em seguida, apresentaremos trechos de dois casos clínicos conduzidos pela autora, de modo a ilustrar os impactos que a chegada e o estabelecimento de uma relação de cuidado com uma criança podem produzir no psiquismo dos cuidadores. Na sequência, a partir dos desenvolvimentos teóricos e da atenção conferida por Bleichmar (1987/1993, 1993/1994) à subjetividade do cuidador, comentaremos as funções que, a nosso ver, poderiam ser atribuídas ao inconsciente do adulto no âmbito das relações de cuidado, três ao todo. Na seção “Metábole: o papel ativo da criança em seu processo de estruturação psíquica” apresentaremos as construções realizadas por Bleichmar (1984/1993, 1993/1994) em diálogo com as formulações de Laplanche (1981/1992, 1992/1996), para demonstrar que, ainda que seja imprescindível considerar os processos internos do adulto nas análises das relações de cuidado, sua subjetividade não determinaria de modo inescapável os destinos do aparelho

psíquico da criança. Uma vez que, tão logo fossem colocados em andamento, os processos psíquicos da criança promoveriam uma apropriação do adulto e de suas mensagens “como fonte de sexualidade e simbolização” (Bleichmar 1984/1993, p. 13). Elencaremos ainda, nesta seção, algumas implicações de se considerar a criança como prioritariamente passiva no âmbito das relações de cuidado.

Já na seção “Efeitos desta perspectiva na compreensão das relações de cuidado” promovemos uma análise das formulações de Bleichmar (1984/1993, 1993/1994), de modo a avaliar em que medida elas contribuem para a manutenção ou para o questionamento de compreensões idealizadas e prescritivas acerca das relações de cuidado. Análise que será realizada em diálogo com críticas elaboradas por autoras feministas, tais como Chodorow (1978), Doane e Hodges (1992) e Parker (1995/1997). A conclusão aponta para o fato de que, embora a atenção à subjetividade e a inclusão do inconsciente do adulto nas descrições de Bleichmar (1984/1993, 1993/1994) não tenha garantido a eliminação da prescrição das funções de cuidado com base no sexo-gênero dos cuidadores em sua teoria, ela permitiu à autora a construção de uma abordagem capaz de oferecer contrapontos importantes a representações teóricas idealizadas do adulto no âmbito das relações de cuidado.

Apresentaremos a seguir os dois artigos na íntegra.

1.1 - Referências

- Amiralian, M. (2014). O pai nos dias de hoje e as consequências para o desenvolvimento. In C. Rosa (Org.). *E o pai? Uma abordagem winnicottiana* (pp. 127-140). São Paulo: DWWe.
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. (D. Flaksman, Trad.). Rio de Janeiro: LTC.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistador: o mito do amor materno* (W. Dutra, Trad., 6a ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Trabalho original publicado em 1980).
- Bleichmar, S. (1993). *Nas origens do sujeito psíquico: do mito à história*. (K. B. Behr, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1984).

- Bleichmar, S. (1994). *A fundação do inconsciente: destinos de pulsão, destinos do sujeito*. (K. B. Behr, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Carvalho, M. T. M. & Ribeiro, P. C. (2007). Silvia Bleichmar e a teoria da sedução generalizada de Jean Laplanche. In Instituto Sedes Sapientiae (Org.). *Boletim formação em psicanálise* (pp. 13-20). Ano XV, v. 15, (Edição Especial 2007). São Paulo: O Departamento. Recuperado em 07 de novembro de 2020, de http://www.sedes.org.br/Departamentos/Formacao_Psicanalise/site/wp-content/uploads/2014/10/Boletim-2007-ESPECIAL.pdf
- Chodorow, N. (1978). *The reproduction of mothering: psychoanalysis and the sociology of gender*. California: University of California Press.
- Chodorow, N. & Contratto, S. (1992). The fantasy of the perfect mother. In B. Thorne & M. Yalom (Orgs.). *Rethinking the family: some feminist questions* (pp. 191-214). Boston: Northeastern University Press.
- Dias, E. (2002). A trajetória intelectual de Winnicott. *Natureza Humana*, 4(1), 111-156. Recuperado em 19 de outubro de 2019, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/nh/v4n1/v4n1a04.pdf>.
- Dias, E. (2012). *A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott*. São Paulo: DWWe.
- Doane, J. L. & Hodges, D. (1992). *From Klein to Kristeva: psychoanalytic feminism and the search for the "good enough" mother*. Michigan: The university of Michigan press.
- Faraj, S. P.; Martins, B. M. C.; Santos, S. S.; Arpini, D. M. & Siqueira, A. C. (2016). "Quero entregar meu bebê para adoção": o manejo de profissionais da saúde. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(1), 151-159. Recuperado em 08 de maio de 2018, de <https://www.scielo.br/pdf/ptp/v32n1/1806-3446-ptp-32-01-00151.pdf>.
- Freud, S. (1989). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (V. Ribeiro, Trad.). In J. Strachey (Org.). *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 7, pp. 119-231). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1905).

- Granato, T. M. M. & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2009). Maternidade e colapso: consultas terapêuticas na gestação e pós-parto. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 19(44), 395-401. Recuperado em 10 de junho de 2020, de <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2009000300014>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012). *Censo demográfico 2010: famílias e domicílios – resultados da amostra*. Recuperado em 18 de julho de 2015 de <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=797>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015). *Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade*, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Recuperado em 20 de julho de 2018 de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100137.pdf>.
- Laplanche, J. (1992). *Problemáticas IV: o inconsciente e o Id*. (A. Cabral, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1981).
- Laplanche, J. (1996). La interpretación entre determinismo y hermenéutica: un nuevo planteo de la cuestión. In J. Laplanche. *La prioridad del otro en psicoanálisis*. (S. Bleichmar, Trad.) (pp. 135-166). Buenos Aires: Amorrortu editores. (Trabalho original publicado em 1992).
- Laplanche, J. & Pontalis, J. (2001). *Vocabulário da psicanálise*. (P. Tamen, trad.). 4. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Moraes, A. A. R. E. (2008). Winnicott e o Middle Group: a diferença que faz diferença. *Natureza humana*, 10(1), 73-104. Recuperado em 07 de novembro de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302008000100004&lng=pt&tlng=pt.
- Nunes, S. A. (2011). Afinal, o que querem as mulheres? Maternidade e mal-estar. *Psicologia Clínica*, 23(2), 101-115. Recuperado em 14 de junho de 2020, de <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652011000200007>

- Parker, R. (1997). *A mãe dividida: a experiência da ambivalência na maternidade* (A. X. Lima & D. X. Lima, Trad.). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. (Trabalho original publicado em 1995).
- Podkameni, A. B. & Guimarães, M. A. C. (1997). Prefácio. In A. B. Podkameni & M. A. C. Guimarães (Orgs.). *Winnicott: 100 anos de um analista criativo*. (pp. 7-10). Rio de Janeiro: NAU.
- Rosa, C. (2014). O pai em Winnicott. In C. Rosa (Org.). *E o pai? Uma abordagem winnicottiana* (pp. 25-62). São Paulo: DWWe.
- Santos, M. R. G., Miranda, J. J. & Belo, F. R. R. (2020). Idealizações e prescrições psicanalíticas acerca da maternidade em Chodorow: um debate atual. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, e189015. Recuperado em 02 de outubro de 2020, de <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003189015>
- Winnicott, D. (1983). Distúrbios psiquiátricos e processos de maturação infantil. In D. Winnicott. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. (I. Ortiz, Trad.) (pp. 207-217). Porto Alegre: Sulina (Trabalho original publicado em 1963).
- Winnicott, D. (1989). Este feminismo. In D. Winnicott. *Tudo começa em casa*. (P. Sandler, Trad.) (pp. 143-151). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1964).
- Winnicott, D. (1989). O conceito de indivíduo saudável. In D. Winnicott. *Tudo começa em casa*. (P. Sandler, Trad.) (pp. 17-30). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1967).
- Winnicott, D. (1994). A experiência mãe-bebê de mutualidade. In C. Winnicott; R. Shepherd & M. Davis (Orgs.). *Explorações psicanalíticas: D. W. Winnicott*. (J. Abreu, Trad.)

(pp. 195-202). Porto Alegre: Artes Médicas Sul. (Trabalho original publicado em 1970).

Winnicott, D. (1994). A mãe dedicada comum. In D. Winnicott. *Os bebês e suas mães*. (J. L. Camargo, Trad.) (pp. 1-11). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1966).

Winnicott, D. (1994). O ambiente saudável na infância. In D. Winnicott. *Os bebês e suas mães*. (J. L. Camargo, Trad.) (pp. 51-59). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1968).

Winnicott, D. (1994). Saber e aprender. In D. Winnicott. *Os bebês e suas mães*. (J. L. Camargo, Trad.) (pp. 13-18). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1950).

Winnicott, D. (2000). Desenvolvimento emocional primitivo. In D. Winnicott. *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. (D. Bogomoletz, Trad.) (pp. 218-232). Rio de Janeiro: Imago Ed. (Trabalho original publicado em 1945).

Winnicott, D. (2000). Preocupação materna primária. In D. Winnicott. *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. (D. Bogomoletz, Trad.) (pp. 399-405). Rio de Janeiro: Imago Ed. (Trabalho original publicado em 1956).

Zornig, S. M. A. (2010). Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. *Tempo psicanalítico*, 42(2), 453-470. Recuperado em 02 de novembro de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382010000200010&lng=pt&tlng=pt.

2 – PRIMEIRO ARTIGO:

A mãe como ambiente facilitador: tensionamentos na teoria winnicottiana do amadurecimento pessoal

Resumo: Este estudo se propõe a realizar uma revisão crítica sobre o lugar da mãe como ambiente facilitador na teoria do amadurecimento pessoal de Winnicott. Nosso objetivo é problematizar como a mãe é descrita e qual atenção é dada a aspectos referentes à sua subjetividade no processo de fornecimento de cuidados suficientemente bons a uma criança. Em um primeiro momento, por meio da revisão bibliográfica dos textos winnicottianos, apresentaremos uma breve caracterização das principais tarefas conferidas à dupla mãe-bebê, dos estágios primitivos ao estágio do concernimento. Evidenciando, em seguida, algumas tensões presentes na forma como Winnicott concebia a capacidade para o cuidado e justificava a atribuição dessas tarefas às mães. A conclusão aponta para a presença de duas correntes de pensamento em Winnicott, uma que tende a naturalizar e a idealizar o cuidado atrelando-o à mãe e outra que abre espaço para entendermos o cuidado como associado ao desejo e à história de cada indivíduo.

Palavras-chave: relação mãe-bebê; ambiente facilitador; subjetividade materna; revisão crítica; Winnicott.

2.1 - Introdução

Movido por seu interesse acerca dos primórdios da vida psíquica, Winnicott voltou sua atenção para o estudo da relação mãe-bebê, relação, para o autor, responsável a um só tempo pela fundação das bases da existência e da saúde humanas (Winnicott, 1957/1989, 1958/2005, 1960/1983, 1963c/1983, 1968/1994). Suas investigações o conduziram à elaboração da teoria do amadurecimento pessoal que, de acordo com Dias (2012), se configura como a espinha dorsal do trabalho teórico e clínico de Winnicott. A compreensão do processo de amadurecimento pessoal de um indivíduo, tal qual proposto por Winnicott (1963c/1983, 1970b/1994), estaria relacionada a dois fatores de base: de um lado, a tendência inata ao amadurecimento, de outro, a existência contínua de um ambiente facilitador. Para o autor, no início teríamos, portanto, um bebê imaturo e completamente dependente, mas destinado a amadurecer, isto é, a integrar-se em uma unidade e a responder por um eu; e um ambiente, aqui representado pela mãe do bebê, cuja principal função seria a de fornecer a ele

o suporte necessário para a resolução das tarefas de cada etapa da vida, auxiliando-o a transformá-las em conquistas do amadurecimento (Winnicott, 1960/1983).

Dias (2012) aponta para a importância do ambiente na resolução das várias tarefas impostas ao indivíduo pela tendência inata ao amadurecimento, conforme nos explica a autora “apesar de inata, a tendência à integração não acontece automaticamente, como se bastasse a mera passagem do tempo Para que ela se realize, *o bebê depende fundamentalmente de um ambiente facilitador que forneça cuidados suficientemente bons*” (pp. 93-94, grifos da autora). O bebê, portanto, desde o princípio, seria criticamente afetado pelo cuidado fornecido pelo seu entorno, completamente dependente da provisão ambiental e da capacidade deste mesmo ambiente de se adaptar às suas necessidades (Winnicott, 1960/1983, 1967/1989, 1970a/1994, 1970b/1994).

Tendo em vista a importância atribuída ao ambiente e aos cuidados por ele fornecidos ao bebê, e que este nos períodos iniciais, na perspectiva apresentada, tende a ser descrito como a mãe do lactente (Winnicott, 1945/2000, 1956/2000, 1964/1989, 1967/1989), a presente investigação se propõe a realizar uma revisão crítica acerca do lugar e das funções conferidas à mãe na relação de cuidado com o bebê pela obra de Winnicott. Nosso objetivo consiste em problematizar como essa mãe é descrita, quais funções são a ela atribuídas e qual atenção é dada a aspectos referentes à sua subjetividade no processo de fornecimento de cuidados suficientemente bons a uma criança⁵.

Na medida em que as conquistas e os fracassos do amadurecimento pessoal, que culminam em processos de saúde ou de adoecimento, encontram-se intimamente relacionados à qualidade do cuidado fornecido pelo ambiente, uma discussão mais aprofundada sobre as características desse ambiente nos parece essencial. Seja como forma de contribuir para a compreensão dos impactos de diferentes tipos de cuidado na constituição psíquica do lactente, seja para o aprofundamento da compreensão tanto dos processos prazerosos que podem ter lugar no adulto a partir do estabelecimento de uma relação de cuidado com a criança – tais como, identificação com as tarefas, alegria, regozijo narcísico –, quanto de processos desprazerosos – como a não identificação, dificuldades na realização das tarefas, sofrimento ou adoecimento psíquicos.

Com o objetivo de situar o leitor na discussão, num primeiro momento, realizaremos uma breve descrição das principais tarefas conferidas à dupla mãe-bebê pela teoria do

⁵ Esta investigação compreende a primeira parte de uma pesquisa de mestrado que se interroga sobre o lugar e as funções conferidas, pelas teorias de Donald Winnicott e Silvia Bleichmar, ao adulto, sua subjetividade e, em especial, sua dimensão inconsciente quando este se encontra envolvido em uma relação de cuidado com uma criança. Neste artigo serão abordadas as descrições feitas por Winnicott acerca da temática.

amadurecimento pessoal, no período que se estende dos estágios primitivos ao estágio do concernimento. Esse recorte temporal se justifica por se configurar como aquele em que a mãe é descrita como principal cuidadora ou ambiente total da criança. Nos estágios subsequentes, passamos da mãe como ambiente total à família nuclear, desta à família estendida e, por fim, à sociedade como um todo. Utilizaremos como guia desta breve revisão a metodologia de leitura da obra winnicottiana proposta por Dias (2012) que dividiu didaticamente o desenvolvimento humano em estágios que compõem a teoria do amadurecimento pessoal⁶. A partir da seção intitulada “Tensionamentos do lugar da mãe como ambiente facilitador” desenvolveremos uma crítica a algumas das formulações teóricas de Winnicott sobre a temática. De modo a evidenciar e problematizar as tensões presentes em sua obra no que diz respeito às justificativas para a atribuição das tarefas de cuidado à mãe, aos elementos que fomentariam a capacidade para o cuidado e ao lugar conferido à subjetividade da mãe em suas descrições sobre a relação mãe-bebê. Ao longo dessa trajetória, visitaremos artigos elaborados em diferentes momentos do percurso teórico de Winnicott, a saber, de textos publicados originalmente em 1945 a textos publicados em 1971.

2.2 - A relação mãe-bebê na teoria do amadurecimento pessoal: uma breve revisão

2.2.1 - Os estágios primitivos

Para Winnicott (1963a/1983), em algum momento da gestação o bebê emergiria do estado de não-estar-vivo e alcançaria, pela primeira vez, um incipiente estado de ser. A partir daí, teria início no bebê uma necessidade fundamental que se faria presente ao longo de toda sua vida: a necessidade de continuar a ser. Ainda nesse contexto começaria a ser esboçada a dinâmica de relacionamento entre bebê e ambiente, situada em torno da oposição entre espontaneidade e reatividade, pois, mesmo no ambiente intrauterino, o bebê já seria capaz de sentir e reagir a eventos com potencial de perturbar sua continuidade de ser. A consolidação do padrão de relacionamento com o ambiente, após o nascimento, trará consigo o potencial tanto de facilitar as conquistas do amadurecimento – pela via da espontaneidade – quanto de dificultá-las – pela via da reatividade (Winnicott, 1960/1983, 1970b/1994). Os estágios primitivos ou de dependência absoluta se configurariam como aqueles em que, devido à sua

⁶ É importante ressaltar que não estamos alheios à existência de outras metodologias de leitura da obra winnicottiana. O caráter didático da proposta elaborada por Dias (2012) configurou-se como um dos fatores importantes para a eleição dessa abordagem como referência para o presente trabalho.

imaturidade, o bebê não seria capaz de tomar conhecimento de sua dependência do ambiente (Winnicott, 1958/2005, 1963b/1983).

Imaturo demais para se localizar no tempo e no espaço, para sentir seu corpo como seu ou para estabelecer contato com a realidade compartilhada, no princípio, o bebê seria completamente dependente do ambiente para realizar suas possibilidades para o crescimento e amadurecimento (Winnicott, 1945/2000, 1963a/1983, 1970b/1994; ver também Dias, 2012). E, na etapa apresentada e ainda por um tempo considerável, a função de constituir-se enquanto ambiente facilitador será desempenhada pela mãe. De acordo com Winnicott (1956/2000, 1970b/1994), isso seria possível, pois, do fim da gravidez aos primeiros tempos de vida da criança, a mãe seria tomada pelo estado de *preocupação materna primária*, o que a conduziria a estabelecer uma conexão profunda com o bebê, tornando-a apta a compreendê-lo e a adaptar-se às suas necessidades de modo cuidadoso e delicado.

Em linhas gerais, a *mãe suficientemente boa* seria aquela que entenderia o estado de imaturidade e absoluta dependência do bebê, protegendo-o de toda a situação que pudesse se mostrar excessiva, isto é, de toda a situação que, devido a sua imaturidade, o bebê não pudesse abarcar em sua experiência (Winnicott, 1945/2000). Nos estágios primitivos do amadurecimento, a mãe desempenharia, portanto, a função de ambiente total para o bebê. Em outras palavras, seriam a totalidade dos cuidados maternos os responsáveis por fornecer ao bebê o mundo no qual ele irá habitar. Aqui a dedicação da mãe ao bebê seria absoluta, pois o grau de dependência do bebê também seria absoluto (Winnicott, 1954/2000, 1958/2005, 1963c/1983). Esse estado de dependência seria tal que Winnicott chega a afirmar a impossibilidade de se considerar o bebê de modo isolado (Winnicott, 1945/2000, 1958/2005, 1962/1983, 1964/1994, 1970b/1994). A ausência desses cuidados ou a presença de falhas graves do ambiente durante o estágio de dependência absoluta poderiam acarretar tanto na vivência de aflições e agonias intensas quanto em um possível comprometimento da saúde mental do lactente (Winnicott, 1945/2000, 1958/2005, 1962/1983, 1963a/1983, 1964/1994, 1966/1994, 1970a/1994, 1970b/1994).

No início, o bebê possuiria necessidades altamente variáveis e nada saberia acerca da existência de si ou do mundo externo (Dias, 2012). Como forma de auxiliar na construção de um padrão de relacionamento mais baseado na espontaneidade do que na reação à intrusão, caberia à mãe suficientemente boa zelar para que, nos primeiros tempos de vida, o bebê pudesse habitar em um mundo subjetivo, regido pela ilusão de onipotência (Winnicott, 1963a/1983). Isso seria obtido por meio do respeito aos ritmos do lactente, em outras palavras, seria a oscilação do bebê entre estados tranquilos e excitados que deveriam guiar os

cuidados e as interações com o ambiente, desde a amamentação à apresentação de objetos. Ao respeitar esses ritmos, se mostrando atenta e responsiva ao *gesto espontâneo*, a mãe possibilitaria ao bebê criar aquilo que encontra, fortalecendo sua ilusão de onipotência e sua criatividade originária. Ao mesmo tempo, tornaria para ele o mundo previsível, constante e confiável, base para o processo de temporalização do lactente, isto é, para a constituição de memórias pessoais – constituição de um passado – e para a capacidade de antecipar acontecimentos futuros (Winnicott, 1945/2000, 1963a/1983, 1970a/1994, 1970b/1994).

Já por meio do ato de segurar o bebê, *holding*, no sentido amplo do termo, mantendo-o reunido em seus braços ou no aconchego do berço (Winnicott 1945/2000, 1970b/1994; ver também Dias, 2012), e do manejo adequado de seu corpo durante a realização dos cuidados corporais, *handling*, a mãe proporcionaria ao lactente o sentimento de ter um lugar onde habitar – integração no tempo e espacialização –, bem como o alojamento da psique no corpo – personalização –, de modo que ambos funcionem como uma unidade. Permitindo assim que o bebê possa sentir o corpo como seu e estabelecer com ele uma relação funcional e criativa. Ao cuidar para que o bebê possa viver pelo tempo adequado em um mundo subjetivo, e para que a apresentação de objetos ao bebê se dê no momento exato em que a necessidade se apresente, levando em consideração suas capacidades para receber e assimilar aquele pedaço do mundo externo, a mãe forneceria as bases para que, posteriormente, o contato com a realidade compartilhada pudesse se estabelecer (Winnicott, 1945/2000).

As repetições cotidianas da experiência de adaptação do ambiente às necessidades do bebê o auxiliariam na realização dessas três tarefas básicas – 1ª integração no tempo e no espaço; 2ª alojamento da psique no corpo; 3ª estabelecimento de contato com a realidade – e, conseqüentemente, na manutenção de sua continuidade de ser, base para a capacidade de sentir-se real e para o desenvolvimento dos demais processos de maturação (Winnicott, 1966/1994, 1970b/1994). Com a ajuda dos cuidados maternos, o bebê passaria a oscilar entre momentos de integração – em que se congregaria em uma unidade – e momentos de não integração. Caso o processo caminhe sem grandes falhas, os momentos de integração em uma unidade se tornarão cada vez mais estáveis e funcionarão como uma base para a posterior aquisição de um eu.

2.2.2 - Os estágios de dependência e independência relativas

Devido ao desenrolar do processo maturacional, a partir daqui o bebê começa a se tornar capaz de tomar conhecimento de sua dependência do ambiente (Winnicott,

1963b/1983). O alcance dessa compreensão, porém, se dará de forma gradual, conforme o bebê se depara com as diferentes tarefas que compõe o estágio de dependência relativa. Outro aspecto que estará em jogo ao longo desses estágios será a aquisição gradual, pelo bebê, do acesso ao sentido de realidade compartilhada (Winnicott, 1971b/1975). Em linhas gerais, o estágio de dependência relativa poderia ser entendido como um estágio de adaptação a uma desadaptação gradativa do padrão estabelecido anteriormente, durante a dependência absoluta (Winnicott, 1963b/1983).

2.2.2.1 - O estágio de desilusão

Neste estágio, terá início para a até então indiferenciada unidade mãe-bebê um longo processo de separação, impulsionado, a um só tempo, pelo encerramento do estado de preocupação materna primária, e pela necessidade do bebê de dar prosseguimento ao seu processo de amadurecimento pessoal (Winnicott, 1971c/1975). Ao considerar as tarefas do ambiente Winnicott (1971b/1975) nos informa que, se nos estágios primitivos a adaptação da mãe às necessidades do bebê possibilitaram a ele criar aquilo que encontrava, de modo que o seio os demais elementos do mundo externo pareciam estar sob seu controle mágico, tornando a onipotência “quase um fato da experiência” (p. 26), caberia a ela agora a tarefa de desiludir gradativamente o bebê.

Nesse contexto, as pequenas falhas no cuidado se mostrariam essenciais, pois, para que o processo de separação da unidade mãe-bebê pudesse ser iniciado, a tendência ao amadurecimento precisaria entrar em conjunção com a boa vontade da mãe em conceder a “oportunidade que permita ao bebê . . . passar da dependência para a autonomia” (Winnicott, 1971c/1975, p. 150). Durante esse estágio a partir das falhas no cuidado materno, nos informa Dias (2012), o que começaria a ser deixado para trás não seria a capacidade de ilusão básica do bebê, caracterizada pelo sentimento de que o mundo foi e pode continuar a ser criado pessoalmente, mas sim a ilusão de onipotência. Em outras palavras, o processo de desadaptação gradual da mãe possibilitaria que, pouco a pouco, o bebê se tornasse capaz de reconhecer que a existência dos objetos, da realidade externa e do mundo, na verdade, configuram-se como independentes da sua presença nele. O processo gradativo de desilusão, afirma Winnicott (1971b/1975), abriria espaço para a realização do desmame, elemento central desse estágio.

É também nesse período que tem início no bebê o funcionamento dos processos mentais (Winnicott, 1963a/1983). Processos que fornecerão à criança auxílio na complexa

tarefa de “lidar com a lacuna existente entre a adaptação completa e a incompleta” da mãe (Dias, 2012, p. 219). O estágio da desilusão inauguraria, portanto, na experiência do bebê, os primeiros vislumbres de seu estado de dependência ou, em outras palavras, a compreensão de que a mãe e seus cuidados são necessários. Essa compreensão, que começa a ser obtida neste estágio de passagem da dependência absoluta à dependência relativa, porém, deixaria o bebê muito exposto, sendo necessário que o ambiente realize um manejo adequado do processo de desadaptação de modo a não ferir a dignidade do bebê (Dias, 2012). Desse modo, neste estágio do amadurecimento a função do ambiente deverá ser dupla: por um lado, por meio da desilusão, possibilitar ao bebê as primeiras experiências de autonomia, por outro, manter sempre aberta a possibilidade de regressão momentânea a estágios mais primitivos do amadurecimento.

2.2.2.2 - Transicionalidade

Para Winnicott (1971b/1975), os processos que têm lugar no estágio da transicionalidade ainda pertenceriam ao domínio da ilusão, isto é, encontrar-se-iam intimamente relacionados com as experiências iniciais do bebê de criar aquilo que encontra, proporcionadas pela adaptação da mãe. Na transicionalidade, porém, o bebê começaria a se deparar de modo mais contundente com o problema da relação e diferenciação “entre aquilo que é objetivamente percebido e aquilo que é subjetivamente concebido” (Winnicott, 1971b/1975, p. 26).

De acordo com o autor, a adaptação cuidadosa da mãe às necessidades do bebê nos estágios iniciais do amadurecimento conferiria a ela certa medida de fidedignidade, capaz de gerar na criança o sentimento de confiança (Winnicott, 1971c/1975). Esse sentimento de confiança na mãe, descrito por Serralha (2019) como a certeza da criança “de que a mãe não lhe faltaria caso necessitasse” (p. 167), possibilitaria que o processo de separação entre não-eu e o eu, iniciado no estágio anterior, pudesse ser levado adiante e transcorresse de forma positiva tanto para a mãe quanto para o bebê. Isso seria possível a partir da criação de um *espaço potencial*⁷ que inauguraria uma área intermediária de experiência entre o bebê e a mãe.

⁷ De acordo com Serralha (2019), não existiria um consenso entre os estudiosos da obra winnicottiana sobre o momento em que o espaço potencial se constituiria no processo de amadurecimento pessoal. Isso porque o próprio conceito e a teoria dele derivada encontram diferentes descrições e interpretações realizadas por comentadores. Optamos aqui pela interpretação que nos pareceu mais adequada à metodologia de leitura da obra de Winnicott apresentada neste trabalho. Para uma perspectiva panorâmica das diferentes interpretações do espaço potencial realizada por estudiosos do Brasil e do exterior, ver Serralha, C. A. (2019). O espaço potencial: da origem à evolução. *Estilos da clínica*, 24(1), 157-172.

Nas palavras de Winnicott (1971c/1975), uma “área disponível de manobra” (p. 148), que não se encontraria localizada nem dentro – no mundo interno – nem fora – no mundo externo, e que possibilitaria ao bebê suas primeiras experimentações no campo dos *fenômenos e objetos transicionais*.

Ao tratar dos fenômenos transicionais, Winnicott (1971b/1975) chama nossa atenção para elementos como os primeiros balbucios, melodias e maneirismos apresentados pelo bebê, bem como para os primeiros usos por ele dado a objetos diferentes de si, isto é, objetos que, do ponto de vista do observador, não fazem parte do corpo da criança. Tais fenômenos incidiriam na *área intermediária de experiência*, de modo a constituí-la como o campo de transição entre o mundo subjetivo e a realidade externa. De acordo com Winnicott (1971b/1975), o desenvolvimento, neste estágio, da capacidade gradativa do bebê de localizar, reconhecer e manusear objetos não-eu, não raro, conduziria a eleição de um objeto especial por parte do bebê, tal como a ponta de uma fralda, um cobertor ou brinquedo macio. Durante um período de tempo esse objeto particularmente investido, denominado por Winnicott (1971b/1975) objeto transicional, possuirá importância vital para a criança, tornando-se mesmo “absolutamente necessário [seja] na hora de dormir, em momentos de solidão, ou quando um humor depressivo ameaça manifestar-se” (p. 17), funcionando, portanto, como forma de amparo e de defesa contra a ansiedade.

Para o autor, a eleição de um objeto transicional representaria a primeira possessão não-eu por parte da criança e, na saúde, tornar-se-ia “mais importante do que a mãe, uma parte quase inseparável do bebê” (Winnicott, 1971b/1975, p. 20). De modo geral, nos informa Winnicott (1971b/1975), os pais reconhecem o valor que o objeto transicional adquire para o bebê, permitindo que ele assuma direitos sobre esse objeto, que o mantenha sempre próximo a si e mesmo que o objeto fique sujo e mal-cheiroso. Uma vez que, a mãe saberia que lavá-lo introduziria “uma ruptura de continuidade na experiência do bebê, ruptura que pode destruir o significado e o valor do objeto para ele” (Winnicott, 1971b/1975, p. 17).

Ao analisar a relação estabelecida pelo bebê com seu objeto transicional, Winnicott (1971b/1975) faz ver que essa apropriação, por parte do bebê, possibilita a ele a continuidade do exercício de controle onipotente sobre o objeto – desta vez pela via motora, da manipulação – ao mesmo tempo em que promove a anulação de parte da ilusão de onipotência, a partir do reconhecimento da limitação de seu controle mágico sobre a mãe e os demais objetos do mundo externo. Conforme apontado por Winnicott (1971b/1975), “não é o objeto, naturalmente, que é transicional. Ele representa a transição do bebê de um estado em que este está fundido com a mãe para um estado em que está em relação com ela como algo

externo e separado” (p. 30). É nesse sentido que a capacidade de eleição e uso de um objeto transicional é descrita pelo autor como a raiz da atividade simbólica (Winnicott, 1971b/1975).

De acordo Winnicott (1971c/1975), quando a adaptação cuidadosa da mãe às necessidades do bebê nos estágios iniciais é seguida por um manejo sensível no momento em que ela está se separando dele, o espaço potencial pode adquirir significação para o bebê. No sentido que, devido à consolidação do sentimento de confiança na fidedignidade da mãe, o bebê poderá experimentar o espaço potencial estabelecido entre ambos de forma relaxada, preenchendo a área intermediária de experiência “com o brincar criativo que se origina naturalmente do estado relaxado” (Winnicott, 1971c/1975, p. 151).

Ao longo dos estágios posteriores do desenvolvimento, nos informa o autor, será possível observar uma descatexização gradativa do objeto transicional, na medida em que os interesses da criança se ampliem e os fenômenos transicionais se espalhem pela área intermediária entre a realidade psíquica e o mundo externo, representada pelo campo da cultura, artes e religião (Winnicott, 1958/2005, 1971b/1975). Para Winnicott (1971b/1975), agora e ao longo da vida, a área intermediária de experiência para a qual “contribuem tanto a realidade interna quanto a vida externa . . . [se constituirá ainda] como lugar de repouso para o indivíduo empenhado na perpétua tarefa humana de manter as realidades interna e externa separadas, ainda que inter-relacionadas” (p. 15).

2.2.2.3 - O estágio do uso do objeto

A aquisição da capacidade de usar objetos, em pauta neste estágio do amadurecimento, é descrita por Winnicott (1971d/1975) como mais apurada do que a capacidade de relacionar-se com objetos, pois, enquanto “o relacionamento pode dar-se com um objeto subjetivo . . . o uso implica que o objeto faça parte da realidade externa” (p. 131). Isto é, o uso implica o reconhecimento, por parte do bebê, da existência do objeto como fenômeno externo, fora da sua área de controle onipotente, e não como um simples produto de suas projeções⁸. É nesse sentido que o uso do objeto se configura como parte do caminho a ser percorrido pelo bebê na aquisição de um novo sentido de realidade: o sentido de realidade compartilhada.

⁸ O termo *projeção* é empregado aqui de forma semelhante à utilizada por Winnicott em suas descrições dos estágios iniciais do amadurecimento. Referindo-se, portanto, ao sentimento do bebê, durante o período da ilusão de onipotência, de que tanto os objetos quanto o mundo externo seriam criações, projeções suas.

Para que o acesso a esse novo sentido de realidade seja obtido, será necessário ao bebê a realização de uma difícil tarefa, a saber, a retirada dos objetos, a partir de uma série de movimentos, do âmbito de sua onipotência – mundo subjetivo –, de modo a conferir a eles um sentido de externalidade. Retirada essa, assinala Winnicott (1963a/1983, 1971d/1975), que se dará pela via da destrutividade. Dias (2012) exemplifica alguns desses movimentos realizados pelo bebê: ele começa, por exemplo, a “chutar a mãe ou a morder efetivamente o seio; ou esmera-se em desgastá-lo; ou ainda a recusá-lo, observando a reação da mãe” (p. 235). Esses seriam exemplos das tentativas do bebê de destruir o caráter subjetivo do objeto.

De acordo com Winnicott (1971d/1975), a mãe desempenharia um importante papel na passagem do bebê do relacionamento ao uso do objeto. Caberia a ela sobreviver aos ataques, isto é, manter-se viva e conservar o ambiente confiável, sem mudanças de qualidade, atitude ou retaliação. Pois é somente na medida em que sobrevive aos ataques que a mãe ganha um sentido de externalidade. Em outras palavras, a sobrevivência da mãe indicaria ao bebê a existência dela como coisa em si mesma, separada e independente dele, que sobreviveria por suas próprias características e qualidades e não por estar sendo protegida por ele da destruição. Nas palavras de Winnicott (1971d/1975), a partir da sua sobrevivência, a mãe desenvolveria aos olhos do bebê “sua própria autonomia e vida” (p. 126), fortalecendo ainda a sensação de constância objetal. Destacamos aqui que, ao contrário do postulado pela psicanálise clássica, na qual a agressividade costumava ser tratada como uma reação ao encontro com o princípio da realidade, para Winnicott (1971d/1975) “é o impulso destrutivo que cria a qualidade da externalidade” (p. 130) dos objetos e possibilita ao bebê o acesso ao sentido de realidade compartilhada.

De acordo com o autor, neste estágio do amadurecimento não haveria raiva no processo de destruição do caráter subjetivo dos objetos, mas sim alegria por sua sobrevivência (Winnicott, 1971d/1975). Pois a sobrevivência do objeto possibilitaria ao bebê a aquisição da capacidade de separar “fato (a sobrevivência do objeto) e fantasia (a destruição do objeto na fantasia inconsciente)” (Dias, 2012, pp. 237-238) e, a partir daí, a conquista das capacidades de usar objetos e de amar objetos reais, situados fora de seu controle onipotente, junto à segurança de poder continuar a destruí-los em sua fantasia inconsciente (Winnicott, 1945/2000, 1971d/1975).

2.2.2.4 - O estágio do EU SOU

É somente aqui, depois de ter feito vários testes de expulsão da mãe para fora da área de seu controle onipotente, ter constatado sua sobrevivência e se separado dela, que o bebê estaria apto a se separar do ambiente total (Dias, 2012). A separação obtida neste estágio, possibilitada por diferentes conquistas ao longo do processo de amadurecimento, conduziria a criança à integração em uma unidade ou, nas palavras de Winnicott (1954/1994), à aquisição de um eu e com ele de “uma posição a partir da qual a vida pode ser vivida” (p. 332).

Neste estágio, nos informa Winnicott (1958/2005), psique e soma já teriam aprendido a conviver de forma mais harmoniosa, transmitindo à criança a sensação de personalização, isto é, de estar mais firmemente enraizada em seu próprio corpo. O funcionamento da pele enquanto contorno, membrana limitante que define um dentro e um fora, também se encontraria mais estabelecido. É a partir desse estágio que o bebê começa a ter um interior e, com ele, uma realidade psíquica propriamente dita (Dias, 2012).

No entanto, nos lembra Winnicott (1954/1994), o processo de consolidação da recém-adquirida integração em uma unidade pelo bebê dependeria de sua continuidade no tempo, sendo, portanto, imprescindível a ele contar com a proteção ambiental. Ainda de acordo com o autor, constituir-se como um eu integrado e demarcar fronteiras deixaria o indivíduo exposto, sujeito à expectativa de invasão e intrusão devido ao repúdio de tudo o que seria não-eu (Winnicott, 1954/1994, 1962/1983). Já no que diz respeito às falhas ambientais, Winnicott (1954/1994, 1958/2005) nos informa que, após a integração, elas poderiam submeter o bebê a dolorosas experiências de desintegração, conduzindo a formações defensivas. Nesse sentido, ainda que a criança seja capaz de suportar a ausência da mãe por períodos maiores, ela continuaria a precisar da proteção materna contra o mundo externo, bem como de contar com a possibilidade de regressão (Winnicott, 1958/2005).

2.2.2.5 - O estágio do concernimento

Para Winnicott (1954/2000), no período anterior ao estágio do concernimento, o bebê poderia ser descrito como impiedoso, no sentido de não possuir recursos para avaliar as consequências de seu amor excitado, caracterizado pela presença da tensão instintiva. É no estágio do concernimento que os impulsos instintivos têm a chance de ganhar sentido para o bebê, passando, assim, a serem avaliados em suas consequências (Winnicott, 1945/2000). Em outras palavras, a entrada neste estágio possibilitaria ao bebê a passagem de um estado de ausência de piedade para o de aquisição da capacidade para o concernimento (Winnicott, 1954/2000).

Nele, a percepção que a criança tem de si enquanto pessoa total se estenderia ao objeto: a mãe amada nos estados tranquilos – mãe ambiente – é agora percebida como a mesma que é atacada durante os estados excitados – mãe objeto (Winnicott, 1963d/1983). Essa percepção, nos informa Winnicott (1954/2000), se constituiria como fonte inevitável de ansiedade para o bebê que, além de ter que entrar em acordo com a ideia de que a mãe altamente valorizada e necessária é a mesma que será atacada durante os momentos de amor excitado, se verá às voltas com a extensão dos danos que a destrutividade, inerente a seus impulsos instintivos, causará a ela. Enquanto a criança realiza essa difícil tarefa de integração, a “mãe real precisa continuar a desdobrar-se em duas Não apenas continuar a manter o ambiente seguro e confiável, como oferecer-se . . . como o objeto a ser usado, conscientemente sugado, destruído e alvo de preocupação” (Dias, 2012, p. 248). Caso a mãe seja capaz de sustentar essa dupla função pelo tempo necessário, o bebê será capaz de juntar as duas mães em uma e, assim, experimentar um relacionamento excitado ao mesmo tempo em que se torna consciente das consequências dele (Winnicott, 1954/2000) É a partir da integração da vida instintual que terá início para a criança o sentimento de culpa e o senso de responsabilidade.

Neste estágio, caberia ainda à mãe, a partir do reconhecimento dos “esforços imaturos feitos pela criança no sentido de contribuir” (Winnicott, 1958/2005, p. 18), possibilitar a instalação do *círculo benigno*, caracterizado pelo ataque, seguido da preocupação e da reparação (Winnicott, 1963d/1983). Ao fazê-lo, a mãe proporcionaria à criança a liberação para a vivência do amor excitado, bem como a compreensão de que a destrutividade pessoal convive com o amor e, junto dela, a aquisição da capacidade para o concernimento (Winnicott, 1954/2000, 1963b/1983). Para Winnicott (1954/2000), o sentimento de culpa verdadeiro, derivado da junção das duas mães, dos modos de amor excitado e tranquilo, bem como do amor e do ódio, se configuraria como uma das “fontes da potência e da construtividade sociais” (p. 365). Pois, o reconhecimento da destrutividade inerente a nossos impulsos instintivos, bem como dos danos que eles poderiam causar ao objeto amado, nos impulsionaria a realizar reparações e, assim, a amar construtivamente.

Esse breve retorno às principais tarefas dos estágios de dependência absoluta e relativa permitem dimensionar o lugar central ocupado pela mãe e pelos cuidados por ela dedicados à criança na teoria winnicottiana do amadurecimento pessoal. E a palavra que parece dar o tom das funções da mãe enquanto ambiente facilitador durante esse período é a adaptação. Como foi possível observar, em cada estágio o bebê será confrontado com novas tarefas do processo

de amadurecimento, cabendo à mãe adaptar-se a essas necessidades de modo a proporcionar à criança um desenvolvimento satisfatório. No entanto, diante das diferentes funções nas quais a cuidadora primária estará envolvida ao longo desse processo, parece-nos importante perguntar: quantos recursos e habilidades seriam necessários mobilizar para ser capaz de constituir-se enquanto ambiente facilitador de modo suficientemente bom para uma criança? Nas seções seguintes realizaremos uma revisão crítica abordando de modo mais detalhado os argumentos utilizados por Winnicott para atribuir as funções de cuidado à mãe. Buscaremos ainda compreender o lugar conferido à subjetividade materna pelas descrições do autor.

2.3 - Tensionamentos do lugar da mãe como ambiente facilitador

Ainda que seja possível citar algumas exceções (Winnicott, 1968/1994, 1970a/1994), o retorno aos textos de Winnicott permite encontrar uma estabilidade considerável não apenas na atribuição dos cuidados iniciais à mãe, mas também na descrição das funções dessa mãe junto ao bebê, a princípio resumidas pela expressão *mãe dedicada comum*. Evoluindo, em sequência, para a formalização do conceito de preocupação materna primária (Winnicott, 1956/2000, 1966/1994).

Encontramos um cenário distinto, porém, no que diz respeito às justificativas dadas pelo autor para a atribuição dos cuidados iniciais à mãe, neste ponto será possível observar a presença de uma tensão na obra de Winnicott. Ainda que a linha central de sua argumentação demonstre ser a associação da capacidade materna para o cuidado a características naturais, por vezes encontramos menções ao desejo e a dedicação ao bebê derivando do processo de identificação. Acompanhemos mais detidamente como o autor trabalha cada um desses pontos em sua obra.

Ao formular o conceito de preocupação materna primária, Winnicott (1956/2000, 1970b/1994) afirma que ela poderia ser descrita como uma condição psicológica/psiquiátrica caracterizada por uma sensibilidade exacerbada durante e, de modo mais visível, ao fim da gravidez. Período comparado, por exemplo, a um estado de retraimento ou dissociação, no qual os demais interesses da mãe seriam excluídos e ela se preocuparia exclusivamente com o bebê. Tal condição, que poderia ser considerada uma doença se a gravidez não existisse, se faria presente nas mulheres grávidas em geral, “a não ser que estejam psiquiatricamente doentes” (Winnicott, 1964/1994, p. 30), e teria a duração de algumas semanas após o parto. Este se configuraria como um período do qual as mães conservariam poucas memórias conscientes a respeito, tão logo ele se encerrasse (Winnicott, 1956/2000).

De acordo com o autor, seria a aquisição dessa “doença normal” o que possibilitaria à mãe “a adaptação sensível e delicada às necessidades do bebê já nos primeiros momentos” (Winnicott, 1956/2000, p. 401). Por sua vez, essa adaptação seria possível graças a uma capacidade surpreendente de identificação com o bebê que as mães desenvolveriam nesse período. A identificação seria o veículo por meio do qual elas seriam capazes de se colocar no lugar do bebê, entender e se adaptar às suas necessidades básicas (Winnicott, 1964/1994). Nas palavras do autor:

diz-se frequentemente que a mãe de um bebê é biologicamente condicionada para a sua tarefa de lidar de modo todo especial com as necessidades do bebê. Em linguagem mais comum, existe uma identificação – consciente mas também profundamente inconsciente – que a mãe tem com o seu bebê. (Winnicott, 1956/2000, pp. 399-400)

É curioso notar que ainda que traduza o suposto condicionamento biológico em termos de identificação, isto é, de um mecanismo psicológico, neste trecho o estabelecimento dessa identificação parece ser assumido como certo pelo autor, e não como uma possibilidade. Talvez caiba retomar aqui alguns aspectos do conceito de identificação. De acordo com Laplanche e Pontalis (2001), no nível semântico o verbo identificar significaria tanto reconhecer como idêntico, quanto, no modo reflexivo, tornar-se idêntico a. De modo que, em linhas gerais, para a psicanálise, a identificação poderia ser descrita como um “processo psicológico pelo qual um sujeito assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo desse outro” (Laplanche & Pontalis, 2001, p. 226). O que parece estar em jogo aqui é o elemento da eleição, da escolha pelo sujeito – no caso a mãe – de um elemento com o qual se identificar.

Sendo a identificação um mecanismo psicológico cuja instalação/operação depende da escolha – consciente/inconsciente – de um traço ou, em outras palavras, de elementos derivados da história libidinal sempre contingente e da realidade interna do sujeito, como seria possível tomá-la como certa para a maioria das mães?

A nosso ver, ao vincular uma capacidade exacerbada de identificação com o bebê ao estado de preocupação materna primária que, por sua vez, teria origem em um processo biológico – a reta final da gravidez em mulheres saudáveis –, Winnicott (1956/2000) cria condições para que a identificação da mãe com o bebê seja tomada como certa e, conseqüentemente, para que as mães sejam descritas como as melhores cuidadoras para as crianças. Nas palavras do autor, “o motivo pelo qual acreditamos que a mãe do bebê é a pessoa mais adequada para cuidar desse mesmo bebê: é [que] ela [é] a pessoa capaz de atingir

esse estágio especial de preocupação materna primária sem ficar doente” (Winnicott, 1956/2000, p. 404).

Seguindo a linha de formulações teóricas desenvolvidas por Winnicott que parecem associar a capacidade para cuidado a características naturais das mães, cabe destacar as descrições realizadas pelo autor sobre a relação mãe-bebê. Não raro essa costuma ser caracterizada como uma relação delicada e altamente especializada, cujo saber da mãe sobre o exercício de suas funções seria intuitivo e independente de qualquer aprendizado, pois este seria um saber que “simplesmente [estaria lá] adormecido no fundo de suas mentes e [esperando para] tornar-se ativo” (Winnicott, 1966/1994, p. 2). Cabendo à família e aos profissionais da saúde evitar perturbar ou interferir naquilo que se desenvolve naturalmente nas mães (Winnicott, 1958/2005, 1968/1994). Posicionamento semelhante pode ser encontrado no artigo “Saber e aprender”, no qual Winnicott (1950/1994) afirma que “todos sabem que as mães têm, naturalmente, um senso de responsabilidade, e se tiverem com um bebê em seus braços estarão envolvidas de algum modo especial” (p. 14).

A esse respeito, parece interessante notar que um autor como Winnicott, tão atento e preocupado em descrever as tarefas e conquistas do amadurecimento como aquisições de capacidade para⁹, bem como em criticar de modo incisivo a psicanálise tradicional por dar como certo ou garantido condições que se configurariam antes como conquistas do amadurecimento – tal qual a constituição do sentido e o acesso à realidade compartilhada – por vezes, ao abordar o cuidado com uma criança, descreva o saber e a habilidade da mãe para a tarefa como natural, intuitiva, independente do aprendizado e quase mágica. Em vez de tomá-la, por exemplo, como uma construção e aquisição gradual de uma capacidade para o cuidado, que poderia ou não vir a se estabelecer.

Em paralelo a essas descrições, que buscam atrelar a capacidade para o cuidado e para fornecimento de um ambiente facilitador às mães e suas supostas características naturais, também encontramos em Winnicott afirmações que permitem uma compreensão diferente daquilo que poderia ser descrito como elementos indispensáveis a um ambiente facilitador. Encontramos um primeiro exemplo disso em um texto no qual, após descrever a importância dos processos em jogo durante as primeiras semanas de vida do bebê, Winnicott (1966/1994) afirma que “onde o ambiente de facilitação – que deve ser humano e pessoal – possuir

⁹ É possível encontrar vários exemplos disso em Winnicott: “capacidade de experimentar uma relação com a realidade externa” (Winnicott, 1971b/1975, p. 26); “capacidade lúdica” (Winnicott, 1971c/1975, p. 151); “capacidade de usar objetos” (Winnicott, 1971d/1975, p. 125), entre outros. A esse respeito, Dias (2012) chega a afirmar que, em Winnicott, todas as conquistas e capacidades partem de uma não capacidade, isto é, de um negativo que se encontraria na origem e que nunca seria completamente ultrapassado.

características suficientemente boas, as tendências hereditárias de crescimento que o bebê tem podem, então, alcançar seus primeiros resultados favoráveis” (p. 8). Como é possível observar, neste trecho, a ênfase parece ser dada menos ao sexo-gênero do cuidador do que a sua capacidade de estabelecimento de uma relação pessoal e humana que atenda às necessidades do bebê.

Outra passagem digna de nota pode ser encontrada no momento em que Winnicott (1966/1994) detalha a noção de mãe dedicada comum. Na qual, em meio à elaboração de uma analogia sobre a dedicação aos cuidados da criança afirma, “caso assumam a responsabilidade, [as mães] não se esquecerão de cumpri-la” (p. 2). Chamamos atenção aqui para o caráter condicional da frase associado à noção de responsabilidade, que parecem conferir ao exercício das funções de cuidado pelas mães a dimensão da escolha. Ainda que a presença dessa dimensão seja discreta no texto, ela nos parece importante por contrastar de modo significativo com as generalizações sobre a capacidade natural das mães para o cuidado presentes em Winnicott (1950/1994, 1956/2000, 1964/1994, 1968/1994).

Passemos agora à análise de um trecho em que o desejo da mãe aparece como determinante no posicionamento que ela irá assumir diante da criança. Nele, Winnicott (1966/1994) afirma que a prevenção dos distúrbios psiquiátricos “diz respeito inicialmente, aos cuidados com o bebê e às coisas que ocorrem naturalmente às mães que querem tomar conta de um bebê” (p. 10). O saber da mãe, em outros momentos descrito como natural e intuitivo, presente de modo latente em todas as mães saudáveis, aparece agora condicionado ao desejo da mãe em ter e tomar conta de um bebê. Nesse mesmo texto, outra ressalva importante é feita pelo autor no que tange aos impactos do contexto em que a mãe está inserida em suas capacidades de agir enquanto ambiente facilitador e ego auxiliar. Para Winnicott (1966/1994), uma mãe estaria preparada para a experiência de saber quais seriam as necessidades do bebê, desde que estivesse “adequadamente assistida por seu companheiro, pela Previdência Social ou por ambos” (p. 4).

A nosso ver, a inclusão das dimensões da escolha e do desejo da mãe bem como a consideração do contexto em que ela se encontra inserida se mostram relevantes, pois alteram de modo significativo a compreensão dos motivos que levariam uma mãe a cuidar. Em outras palavras, a partir da consideração desses fatores, a atenção e dedicação de uma mãe a uma criança, antes vinculadas ao fato de ela ser acometida por uma condição psiquiátrica normal e comum a todas aquelas que fossem saudáveis e gerassem um bebê, estariam agora mais associadas à escolha de alguém que tendo assumido a responsabilidade de ser mãe de um bebê se mostraria responsável e dedicada. Alguém que, por um período prolongado de tempo,

assumiria a “identificação com, algo que, se a sorte ajudar, se transformará em um bebê” (Winnicott, 1966/1994, p. 3) como sua principal forma de autoexpressão, deixando em segundo plano, durante este período, formas “mais diretas de auto-expressão [*sic*]” (Winnicott, 1966/1994, p. 3), tais como hobbies, lazer, carreira, trabalho, etc. E, em última análise, alguém que, tendo recebido apoio suficiente ao longo de sua história de vida, pôde realizar a escolha de assumir essa responsabilidade.

Também a identificação, conceito chave na perspectiva winnicottiana para o entendimento da preocupação materna primária e do saber da mãe sobre o bebê, é fonte de oscilações ao longo da obra do autor. Se por vezes, conforme apresentado anteriormente, a identificação com o bebê tende a ser dada como certa e garantida nas mães psiquiatricamente saudáveis, em outros momentos, encontramos em seu texto a afirmação de que, os estágios iniciais do desenvolvimento se caracterizariam como um período em que a mãe é o bebê, e o bebê é a mãe¹⁰, e “não haveria nada de místico nisso. Afinal de contas, ela também já foi um bebê, e traz com ela as lembranças de tê-lo sido; tem, igualmente, recordações de que alguém cuidou dela” (Winnicott, 1966/1994, p. 4).

É interessante notar que, aqui, a capacidade da mãe para cuidar de um bebê encontra-se associada a sua capacidade de identificação com ele que, por sua vez, derivaria das lembranças de ter sido cuidada e de ter sido um bebê. Ora, de modo geral todos aqueles que se tornaram adultos, sejam homens ou mulheres, foram bebês um dia e receberam cuidados de alguém. Se esses são os elementos básicos para um cuidado dedicado e responsável, resta a questão de por que estando presente nos adultos de modo geral o exercício dessas funções continuaria, na teoria, fundamental e especialmente atrelado à mãe?

A parte final desta citação nos parece importante por trazer à tona um elemento até então pouco abordado por Winnicott, e que, a nosso ver, fornece um caminho interessante para pensarmos a capacidade para o cuidado nos adultos. Ao apontar para importância das recordações de ter sido cuidada um dia, Winnicott (1966/1994) acrescenta, “e estas lembranças tanto podem ajudá-la quanto atrapalhá-la em sua própria experiência como mãe” (p. 4). O que nos leva ao seguinte questionamento: para além da disponibilidade para a

¹⁰ A partir de 1966, nos informa Dias (2012), Winnicott formulou os conceitos de elemento feminino e elemento masculino puros, inaugurando assim uma nova forma de descrever os dois modos de relação de objeto. O elemento feminino puro diria respeito à relação com os objetos subjetivos (dimensão do ser), presidindo a experiência da identificação primária e configurando-se, portanto, como o modo ideal de relação da mãe com o bebê durante os primeiros estágios do amadurecimento. Já o elemento masculino puro estaria associado à dimensão do fazer e, no amadurecimento saudável, só entraria em cena no momento em que o bebê estivesse pronto para estabelecer relação com objetos percebidos de forma objetiva. Cabe lembrar que tanto homens quanto mulheres possuíam os dois elementos. Para uma apreciação crítica dos conceitos, ver Belo, Guimarães, e Fidelis (2015).

identificação com o bebê, de assumir as tarefas de cuidado como forma de autoexpressão e do apoio fornecido pelo entorno, quais impactos a qualidade do cuidado recebido pelo adulto pode ter em seu desejo e capacidade para posterior engajamento no exercício dessas tarefas? Questão que parece apontar para a importância da consideração da história libidinal dos adultos e de aspectos referentes à sua subjetividade para compreensão tanto da capacidade quanto do desejo de cuidar.

Conforme demonstrado nos parágrafos acima, é possível encontrar na teoria winnicottiana duas correntes de pensamento sobre o lugar da mãe como ambiente facilitador: uma delas tende a naturalizar e a idealizar a capacidade para o cuidado, justificando a habilidade e a dedicação das mães por meio de atribuições à natureza ou ainda tomando como garantida a identificação da mãe saudável com seu bebê. Perspectiva que, ao descrever a capacidade para o cuidado como natural, abre pouco espaço para a consideração de aspectos referentes à subjetividade da mãe envolvida nas tarefas de cuidado. A outra corrente, por sua vez, associa a capacidade para o cuidado e para a identificação com o bebê ao desejo, à escolha e às vicissitudes da história libidinal de cada mãe considerada de modo particular. Abrindo espaço para a consideração e para o reconhecimento dos prazeres e dificuldades que cada uma delas poderá experimentar no exercício das diferentes tarefas que integram a função de constituir-se enquanto ambiente facilitador para uma criança. E possibilitando ainda o reconhecimento do desejo de não cuidar em algumas mães e do desejo de cuidar em outros sujeitos que não a mãe, a partir de suas histórias libidinais.

Explicitar a existência dessas duas correntes de pensamento nos parece importante, pois a adoção e o reforço de uma ou de outra perspectiva, no que diz respeito ao entendimento e à descrição das relações de cuidado, não nos parece isenta de consequências práticas, seja no âmbito da clínica ou na sociedade de modo geral. Nas seções seguintes abordaremos alguns desses aspectos.

2.4 - A subjetividade materna na teoria do amadurecimento pessoal

O modo como Winnicott abordou a relação mãe-bebê, a saber, conferindo grande atenção aos processos referentes ao amadurecimento da criança e às suas necessidades e dedicando pouco espaço à investigação e problematização dos processos internos da mãe, recebeu críticas importantes de teóricas feministas que se dedicaram ao estudo da temática (e.g. Chodorow, 1978; Doane & Hodges, 1992; Parker, 1995/1997). Críticas que se estendem desde a desconsideração das dificuldades que as mães poderiam encontrar na multifacetada

tarefa de constituir-se como ambiente facilitador ao longo de todo o processo de amadurecimento, até a pouca atenção conferida a possíveis implicações da assimetria existente entre o psiquismo da mãe e do bebê, sendo o primeiro muito mais complexo do que o último.

A análise dos textos do autor indica que Winnicott não ignorava esse cenário, uma vez que recebia críticas semelhantes no período de elaboração de sua obra, dentre elas a de sentimentalismo e idealização das mães. Observemos um de seus comentários acerca das críticas recebidas:

há muitas pessoas que acham que sou sentimental quanto às mães, que as idealizo e deixo de lado os pais, e que sou incapaz de perceber que algumas mães são horríveis, quando não de todo inviáveis. Tenho de conviver com estes pequenos inconvenientes, pois não me envergonho daquilo que está implícito naquelas palavras. (Winnicott, 1966/1994, pp. 1-2)

Ainda que em outros momentos encontremos o reconhecimento, por parte do autor, da diferença existente entre a subjetividade da mãe e a do bebê (Winnicott, 1964/1994) e seu incentivo à investigação pormenorizada do ambiente de facilitação, como por exemplo, quando afirma que “o ambiente facilitador e seus ajustes adaptativos progressivos às necessidades individuais poderiam ser isolados, para estudo, como uma parte do estudo da saúde” (Winnicott, 1967/1989, p. 19), o autor não toma a tarefa para si. O que teria levado um autor que dedicou grande parte da sua obra ao estudo da relação mãe-bebê a priorizar a investigação de um dos integrantes dessa relação?

Cabe retomar aqui alguns aspectos históricos. Ao abordar o percurso intelectual de Winnicott, Dias (2002) nos informa que, quando ainda era estudante da pediatria, ele havia se convencido da impossibilidade de reduzir a compreensão do adoecimento das crianças ao plano fisiológico, tendo surgido aí o seu interesse pela psicanálise. No entanto, o estudo da psicanálise tradicional – aqui representada pelas produções de Freud e Klein –, que centrava suas explicações em torno do complexo de Édipo e dos fatores internos do indivíduo, pareceram a Winnicott insuficientes para explicar o adoecimento precoce de bebês fisicamente saudáveis. Conforme nos explica a autora, com base nessas percepções “o esforço teórico de Winnicott caminhou na direção de explicitar o que se passa com um bebê no início mesmo da vida e qual é a natureza específica da dificuldade com que os recém-nascidos lidam ou que os aflige” (Dias, 2002, p. 114). Outro ponto digno de nota é o interesse de Winnicott pela compreensão dos fenômenos psicóticos (Winnicott, 1945/2000, 1968/1994, 1970b/1994). Teria o seu interesse e preocupação com a prevenção da psicose infantil contribuído para a

construção de uma perspectiva teórica mais preocupada com a investigação das necessidades e processos do lactente do que com os processos em curso na subjetividade materna, a despeito da importância do ambiente para o amadurecimento satisfatório do infante?

Outro aspecto relevante diz respeito ao lugar conferido aos instintos pela teoria winnicottiana do amadurecimento pessoal. Ao abordar os estágios iniciais do desenvolvimento, Winnicott (1971a/1975) afirma que o que estaria em questão nesse período seria a experiência de ser, alcançada a partir do fornecimento de um ambiente que, no início, permitisse ao lactente habitar em um mundo subjetivo, no qual “o bebê e o objeto são um” (p. 114). Seria o fornecimento de um ambiente assim constituído o que possibilitaria ao bebê desenvolver sua tendência ao amadurecimento, experimentar a criação de gestos espontâneos e, assim, adquirir, pouco a pouco, a capacidade de existir e de sentir-se real, bases indispensáveis para a constituição do si mesmo – *self* – e do sentimento de que a vida vale a pena ser vivida (Winnicott, 1956/2000, 1967/1975, 1971a/1975). Nas palavras de Winnicott (1956/2000),

a mãe que desenvolve esse estado ao qual chamei de ‘preocupação materna primária’ fornece um contexto para que a constituição da criança comece a se manifestar A vida instintiva não precisa ser mencionada aqui porque o que estou descrevendo tem início antes do estabelecimento de padrões instintivos. (p. 403)

A nosso ver, ao privilegiar a perspectiva do lactente em sua análise da relação dos instintos com os estágios primitivos do amadurecimento, neste e em outros momentos de sua obra (e.g., Winnicott, 1956/2000, p. 400 e 405, 1971a/1975, p. 113 e 117), Winnicott termina por desconsiderar características importantes do outro polo desta relação. Representado por um adulto que, justamente por se encontrar em um estágio posterior do desenvolvimento, possui um psiquismo constituído, isto é, uma realidade interna onde coexistem e conflitam desejos, fantasias, elementos conscientes e inconscientes em grande medida derivados da sexualidade infantil. Elementos dos quais o adulto não pode abrir mão no momento em que cuida do bebê (Belo & Marzagão, 2011).

Ainda a esse respeito, Doane e Hodges (1992) haviam alertado para a tendência em alguns teóricos das relações objetais de fazer coincidir os interesses da mãe com as necessidades do bebê. Em linhas gerais, mesmo que a subjetividade do adulto permaneça em segundo plano, a leitura de Winnicott demonstra que o autor não ignorava o papel da sexualidade na determinação dos adoecimentos neuróticos. Acompanhemos o seguinte trecho presente no artigo intitulado “Este feminismo”:

Um menino é o terceiro em meio a quatro filhos homens. Esse terceiro menino percebe todo o desejo que os pais tinham de ter uma menina. Tende a se encaixar no papel designado, mesmo que os pais procurem ocultar seu desapontamento. (Winnicott, 1964/1989, p. 145)

Neste trecho podemos observar o fato de que Winnicott encontrava-se ciente de que as relações de cuidado estabelecidas entre o adulto e a criança eram permeadas e sofriam influência da dimensão inconsciente presente no adulto. E que os efeitos dessa dimensão, ainda que pudessem ser percebidos, exerciam sua influência à revelia da dimensão consciente dos pais, que, no presente caso, buscavam ocultar seu desapontamento de não terem gerado uma menina. No entanto, é curioso notar que a dimensão inconsciente e sexual dos cuidadores, com seus desejos e fantasias, passe a receber atenção teórica a partir do momento em que a criança atingiu a integração em uma unidade (estágio do EU SOU), e comece a se deparar com a necessidade de integrar sua experiência instintual. Seria esse um exemplo de que é a perspectiva do lactente que guia a compreensão dos fatores em jogo nas relações de cuidado em Winnicott? Admitindo essa hipótese como válida, outro questionamento se fará presente: o que se perdeu com esse olhar? Qual influência o funcionamento psíquico dos pais teria em sua capacidade de fornecer uma provisão ambiental suficientemente boa à criança?

Parece-nos que em sua descrição de um ambiente facilitador, capaz de prevenir o estabelecimento de distúrbios emocionais primitivos – formas de prevenção da psicose –, aspectos relativos à realidade interna do próprio adulto terminaram por ser negligenciados. Ainda que, é possível supor, fossem capazes de exercer influência direta na capacidade de um adulto em tornar-se um ambiente facilitador para uma criança.

A nosso ver, quanto mais relegamos ao segundo plano a subjetividade do adulto cuidador, em especial, sua dimensão inconsciente com os aspectos derivados da sexualidade infantil perversa e polimorfa (Freud, 1905/1989), mais nos aproximamos de descrições naturalizadas e idealizadas sobre as tarefas de cuidado. Perdendo de vista não apenas a possibilidade de uma compreensão aprofundada a partir de uma perspectiva psicanalítica da ampla gama de arranjos possíveis entre adulto e criança, como das vicissitudes que permeiam essa relação e dos efeitos que elas podem produzir em ambos os envolvidos.

Encontramos assim outra tensão na obra de Winnicott, esta associada ao lugar e as funções conferidas à subjetividade do adulto envolvido na relação de cuidado com uma criança. Em alguns momentos de sua obra, em especial nos estágios iniciais do amadurecimento, pouca atenção é conferida à subjetividade, aos processos internos e à

dimensão inconsciente do adulto cuidador. Já em outros momentos, conforme demonstrado pela citação acima, os processos internos dos pais se mostram capazes de exercer influência significativa sobre a constituição dos filhos.

2.5 - Considerações finais

Em linhas gerais, a partir dessa discussão foi possível observar que se por um lado encontramos uma corrente de pensamento em Winnicott que atrela o cuidado a características naturais das mães e, ao fazê-lo, termina por promover um apagamento da subjetividade do cuidador, por outro encontramos uma corrente diversa que atrela o cuidado à dimensão do desejo, à identificação e, conseqüentemente, às lembranças de um dia ter sido objeto de cuidado de um outro. O reconhecimento e a problematização da existência dessas tensões na obra de Winnicott nos parece importante, pois, a nosso ver, a escolha de um ou de outro posicionamento não está isento de conseqüências práticas, seja para clínica ou para o campo social.

A defesa de que as mães são melhores cuidadoras devido a características naturais, poderia, por exemplo, dificultar o acolhimento adequado de demandas clínicas como o desejo de não cuidar em mães, ou do desejo de cuidar em homens (Belo, Guimarães, & Fidelis, 2015). Já no nível institucional, Doane e Hodges (1992) alertam para alguns dos efeitos da descrição dos filhos como objetos privilegiados das mães, bem como do enfoque unilateral de teorias psicológicas nas necessidades dos bebês somada à defesa da mãe como cuidadora abnegada. De acordo com as autoras, tais ideias poderiam, por exemplo, influenciar a visão dos júris, dos juízes e dos advogados nas disputas de guarda, bem como fornecer argumentos contrários a políticas pró-aborto, tendendo a validar a imagem da mulher como útero e do feto como pessoa.

A nosso ver, a corrente de pensamento em Winnicott que abre espaço para consideração e para o reconhecimento da subjetividade do adulto cuidador possui o potencial para promover uma compreensão das relações de cuidado de forma menos normativa e idealizada. Capaz de reconhecer que tanto o nascimento de uma criança, quanto as muitas demandas relacionadas a seu cuidado diário trazem consigo o potencial de produzir diferentes impactos e respostas em cada adulto, em particular, a depender de seu desejo, fantasias, do apoio recebido pelo entorno e de sua história libidinal.

Nesse sentido, a localização dos pontos de tensão presentes na teoria winnicottiana das relações de cuidado nos parece um campo profícuo para novas e aprofundadas investigações

sobre a temática, como forma de ampliar nossa compreensão sobre os elementos em jogo nessas relações e refinar nossa escuta clínica. A continuidade da pesquisa de mestrado que deu origem a este trabalho irá se dedicar à investigação de questões referentes ao adulto cuidador a partir da obra de Silvia Bleichmar.

2.6 - Referências

- Belo, F., Guimarães, M. & Fidelis, K. (2015). Pode um pai ser cuidadoso? Crítica à teoria da paternidade em Winnicott. *Psicologia em Estudo*, 20(2), 153-164. Recuperado em 11 de agosto de 2019, de http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/24274/pdf_31.
- Belo, F. & Marzagão, L. (2011). Sobre o amor. In F. Belo (Org.). *Sobre o amor e outros ensaios de psicanálise e pragmatismo* (pp. 9-34). Belo Horizonte: Oficina de Arte & Prosa.
- Chodorow, N. (1978). *The reproduction of mothering: psychoanalysis and the sociology of gender*. California: University of California Press.
- Dias, E. (2002). A trajetória intelectual de Winnicott. *Natureza Humana*, 4(1), 111-156. Recuperado em 19 de outubro de 2019, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/nh/v4n1/v4n1a04.pdf>.
- Dias, E. (2012). *A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott*. São Paulo: DWWe.
- Doane, J. L., & Hodges, D. (1992). *From Klein to Kristeva: psychoanalytic feminism and the search for the "good enough" mother*. Michigan: The university of Michigan press.
- Freud, S. (1989). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (V. Ribeiro, Trad.). In J. Strachey (Org.). *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 7, pp. 119-231). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1905).
- Laplanche, J. & Pontalis, J. (2001). *Vocabulário da psicanálise*. (P. Tamen, Trad.). 4. ed. São Paulo: Martins Fontes.

- Parker, R. (1997). *A mãe dividida: a experiência da ambivalência na maternidade* (A. X. Lima & D. X. Lima, trad.). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. (Trabalho original publicado em 1995).
- Serralha, C. A. (2019). O espaço potencial: da origem à evolução. *Estilos da clínica*, 24(1), 157-172. Recuperado em 03 de outubro de 2020, de <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v24i1p157-172>.
- Winnicott, D. (1975). A criatividade e suas origens. In D. Winnicott. *O brincar e a realidade*. (J. Abreu & V. Nobre, Trad.) (pp. 95-120). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1971a).
- Winnicott, D. (1975). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In D. Winnicott. *O brincar e a realidade*. (J. Abreu & V. Nobre, Trad.) (pp. 13-44). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1971b).
- Winnicott, D. (1975). O lugar em que vivemos. In D. Winnicott. *O brincar e a realidade*. (J. Abreu & V. Nobre, Trad.) (pp. 145-152). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1971c).
- Winnicott, D. (1975). O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil. In D. Winnicott. *O brincar e a realidade*. (J. Abreu & V. Nobre, Trad.) (pp. 153-162). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1967).
- Winnicott, D. (1975). O uso de um objeto e relacionamento através de identificações. In D. Winnicott. *O brincar e a realidade*. (J. Abreu & V. Nobre, Trad.) (pp. 121-131). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1971d).
- Winnicott, D. (1983). A integração do ego no desenvolvimento da criança. In D. Winnicott. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. (I. Ortiz, Trad.) (pp. 55-61). Porto Alegre: Sulina (Trabalho original publicado em 1962).

- Winnicott, D. (1983). Comunicação e falta de comunicação levando ao estudo de certos opostos. In D. Winnicott. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. (I. Ortiz, Trad.) (pp. 163-174). Porto Alegre: Sulina (Trabalho original publicado em 1963a).
- Winnicott, D. (1983). Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo. In D. Winnicott. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. (I. Ortiz, Trad.) (pp. 79-87). Porto Alegre: Sulina (Trabalho original publicado em 1963b).
- Winnicott, D. (1983). Distúrbios psiquiátricos e processos de maturação infantil. In D. Winnicott. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. (I. Ortiz, Trad.) (pp. 207-217). Porto Alegre: Sulina (Trabalho original publicado em 1963c).
- Winnicott, D. (1983). O desenvolvimento da capacidade de se preocupar. In D. Winnicott. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. (I. Ortiz, Trad.) (pp. 70-78). Porto Alegre: Sulina (Trabalho original publicado em 1963d).
- Winnicott, D. (1983). Teoria do relacionamento paterno-infantil. In D. Winnicott. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. (I. Ortiz, Trad.) (pp. 38-54). Porto Alegre: Sulina (Trabalho original publicado em 1960).
- Winnicott, D. (1989). A contribuição da mãe para a sociedade. In D. Winnicott. *Tudo começa em casa*. (P. Sandler, Trad.) (pp. 97-100). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1957).
- Winnicott, D. (1989). Este feminismo. In D. Winnicott. *Tudo começa em casa*. (P. Sandler, Trad.) (pp. 143-151). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1964).

- Winnicott, D. (1989). O conceito de indivíduo saudável. In D. Winnicott. *Tudo começa em casa*. (P. Sandler, Trad.) (pp.17-30). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1967).
- Winnicott, D. (1994). A dependência nos cuidados infantis. In D. Winnicott. *Os bebês e suas mães*. (J. L. Camargo, Trad.) (pp. 73-78). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1970a).
- Winnicott, D. (1994). A experiência mãe-bebê de mutualidade. In C. Winnicott; R. Shepherd & M. Davis (Org.). *Explorações psicanalíticas: D. W. Winnicott*. (J. Abreu, Trad.) (pp. 195-202). Porto Alegre: Artes Médicas Sul. (Trabalho original publicado em 1970b).
- Winnicott, D. (1994). A mãe dedicada comum. In D. Winnicott. *Os bebês e suas mães*. (J. L. Camargo, Trad.) (pp. 1-11). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1966).
- Winnicott, D. (1994). O ambiente saudável na infância. In D. Winnicott. *Os bebês e suas mães*. (J. L. Camargo, Trad.) (pp. 51-59). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1968).
- Winnicott, D. (1994). O recém-nascido e sua mãe. In D. Winnicott. *Os bebês e suas mães*. (J. L. Camargo, Trad.) (pp. 29-42). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1964).
- Winnicott, D. (1994). Saber e aprender. In D. Winnicott. *Os bebês e suas mães*. (J. L. Camargo, Trad.) (pp. 13-18). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1950).
- Winnicott, D. (1994). Tipos de caráter: o temerário e o cauteloso. In C. Winnicott; R. Shepherd & M. Davis (Org.). *Explorações psicanalíticas: D. W. Winnicott*. (J. Abreu, Trad.) (pp. 331-334). Porto Alegre: Artes Médicas Sul. (Trabalho original publicado em 1954).

- Winnicott, D. (2000). A posição depressiva no desenvolvimento emocional normal. In D. Winnicott. *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. (D. Bogomoletz, Trad.) (pp. 355-373). Rio de Janeiro: Imago Ed. (Trabalho original publicado em 1954).
- Winnicott, D. (2000). Desenvolvimento emocional primitivo. In D. Winnicott. *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. (D. Bogomoletz, Trad.) (pp. 218-232). Rio de Janeiro: Imago Ed. (Trabalho original publicado em 1945).
- Winnicott, D. (2000). Preocupação materna primária. In D. Winnicott. *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. (D. Bogomoletz, Trad.) (pp. 399-405). Rio de Janeiro: Imago Ed. (Trabalho original publicado em 1956).
- Winnicott, D. (2005). O primeiro ano de vida: concepções modernas do desenvolvimento emocional. In D. Winnicott. *A família e o desenvolvimento individual*. (M. B. Cipolla, Trad.) (pp. 3-20). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1958).

3 – SEGUNDO ARTIGO:

O adulto cuidador na teoria de Silvia Bleichmar

Resumo: Este estudo se configura como uma revisão bibliográfica do lugar conferido pela teoria de Silvia Bleichmar à subjetividade do adulto envolvido em uma relação de cuidado com uma criança – adulto cuidador. Partimos da hipótese de que a pouca atenção conferida à subjetividade do cuidador favoreceria construções teóricas idealizadas e prescritivas tanto acerca desse adulto quanto das relações e tarefas de cuidado. A análise dos elementos obtidos, após a caracterização do adulto e das funções a ele atribuídas pela autora, demonstrou que Bleichmar confere grande importância aos aspectos intrapsíquicos do adulto em suas construções teóricas. Concluímos que, embora a atenção à subjetividade e a inclusão do inconsciente do adulto em suas análises não tenha garantido a eliminação da prescrição das funções de cuidado com base no sexo-gênero dos cuidadores em sua teoria, ela permitiu à autora a construção de uma abordagem capaz de oferecer contrapontos importantes a representações teóricas idealizadas do adulto no âmbito das relações de cuidado.

Palavras-chave: relação mãe-bebê; subjetividade materna; idealização; psicanálise; Silvia Bleichmar.

3.1 - Introdução

O presente artigo integra uma pesquisa de mestrado que surgiu a partir de uma inquietação acerca do lugar conferido pela teoria psicanalítica à subjetividade e, em especial, à dimensão inconsciente dos adultos envolvidos em uma relação de cuidado com uma criança. Partimos da hipótese de que a pouca atenção conferida por uma teoria à subjetividade do adulto cuidador, seus processos internos e, em especial, sua dimensão inconsciente, favoreceria construções teóricas idealizadas e prescritivas tanto acerca desse adulto quanto das relações e tarefas de cuidado. Elegemos para a análise no mestrado a obra de dois psicanalistas que se dedicaram à temática, a saber, D. W. Winnicott e Silvia Bleichmar.

Este artigo se propõe a analisar parte da obra de Silvia Bleichmar, importante psicanalista argentina que, movida pelos impasses encontrados na clínica infantil, dedicou-se ao estudo das origens do sujeito psíquico e, por extensão, das relações de cuidado, em um diálogo profícuo com as formulações de Freud e de Jean Laplanche. Tomaremos como principais objetos de análise dois livros publicados pela autora, a saber, *Nas origens do sujeito*

psíquico: do mito à história (1984/1993) e *A fundação do inconsciente: destinos de pulsão, destinos do sujeito* (1993/1994), por se configurarem como os principais trabalhos nos quais a autora se voltou para as relações estabelecidas no início da vida entre adulto e criança com vistas a localizar elementos para a construção de uma “teoria da constituição do aparelho psíquico infantil” (Bleichmar, 1993/1994, p. 36).

Bleichmar (1984/1993) nos informa que embora o tema das origens do sujeito psíquico tenha conhecido diferentes abordagens no âmbito da teoria psicanalítica, muitas vezes elas possuíam uma característica em comum, a saber, a localização das origens do psiquismo naquilo que a autora denominou como tempos míticos. Esse recurso aos tempos míticos poderia ser encontrado, por exemplo, na suposição de que o inconsciente encontrarse-ia presente no *infans* desde seus primeiros tempos de vida; na descrição do psiquismo infantil como um organismo cujo desenvolvimento estaria previamente determinado por movimentos evolutivos internos; ou ainda na pouca importância conferida a conceitos como o de recalçamento originário, cujo uso foi por vezes limitado ao fornecimento de “fundamento lógico ao recalçamento secundário” (Bleichmar, 1984/1993, p. 60), de modo a garantir coerência conceitual a determinados aspectos da teoria psicanalítica¹¹.

Partindo de sua experiência clínica com crianças pequenas e com quadros de transtornos graves, nos quais “o recalçamento originário não tinha terminado de constituir-se . . . [ou] evidenciavam as falhas desta estruturação (Bleichmar, 1984/1993, p. 42) e ciente da importância, para a clínica infantil, de uma localização precisa do lugar em que o incipiente sujeito se encontra em seu processo de constituição da tópica psíquica para a definição de estratégias terapêuticas adequadas, Bleichmar (1984/1993) realiza a opção teórica-clínica de descrever a criança como um “sujeito em estruturação” (p. 23), no qual nem a dimensão inconsciente nem os demais elementos da tópica psíquica estariam presentes desde as origens (Bleichmar, 1993/1994). Um sujeito cujos processos que dão origem a seu psiquismo não deveriam ser buscados em tempos míticos, mas sim em tempos históricos ou, em outras palavras, nos movimentos reais desenvolvidos no interior de uma relação de cuidado estabelecida entre adulto e criança, responsáveis tanto pela constituição do inconsciente quanto pela fundação da tópica psíquica no infante (Bleichmar, 1984/1993).

¹¹ Bleichmar (1984/1993, 1993/1994) demonstra como o recalçamento originário surge nos textos freudianos como forma de sustentar o argumento de que as representações recalçadas posteriormente pelo recalçamento secundário seriam, a um só tempo, expulsas da consciência e atraídas ao inconsciente. Argumento que demandaria, portanto, a suposição de um recalçamento ocorrido em tempos anteriores – recalçamento originário – capaz de exercer atração sobre as representações recentemente recalçadas. A autora levanta ainda a hipótese de que Freud não havia se aprofundado na investigação do recalçamento originário, pois, “para a análise de pacientes neuróticos é suficiente sua formulação como suposto” (Bleichmar, 1993/1994, p. 63).

Na investigação empreendida por Bleichmar (1984/1993) acerca do “processo histórico de organização do aparelho psíquico” (p. 142), o recalçamento originário é descrito como um movimento privilegiado dessa estruturação, por configurar-se como aquele que inaugura uma clivagem nesse aparelho e, com ela, a constituição de uma tópica com dois sistemas distintos – inconsciente e pré-consciente–consciente – com modos de funcionamento diversos – respectivamente, processo primário e processo secundário¹². Na perspectiva informada pela autora, o inconsciente e o ego poderiam, portanto, ser entendidos como efeitos da “fundação operada no aparelho psíquico pelo recalçamento originário” (Bleichmar, 1984/1993, p. 203).

Ao se propor a abordar as origens do sujeito psíquico a partir de uma perspectiva histórica, Bleichmar (1984/1993) nos convida a pensar nas primeiras relações de cuidado como “momentos de produção” (p. 202) e de verdadeira “organização do psiquismo” infantil (p. 58). Apontando, assim, para a importância do adulto e dos movimentos por ele realizados para a compreensão do “processo de hominização que transforma a cria humana em sujeito psíquico” (Bleichmar, 1993/1994, p. 89). Nas palavras da autora, “o inconsciente não se cria do nada. Tampouco o ego. Primeiras inscrições, primeiras ligações, os fundamentos da tópica assentam-se sobre estes processos complexos que vemos emergir nos primeiros tempos da vida” (Bleichmar, 1993/1994, p. 4). Movimentos estruturantes realizados pelo adulto que, entre outras coisas, preparariam o terreno para a posterior instalação do recalçamento originário e da tópica psíquica no infante (Bleichmar, 1993/1994).

Nosso esforço teórico ao longo desse trabalho consistirá em localizar, a partir da revisão bibliográfica dos livros citados, elementos presentes na teoria de Bleichmar (1984/1993, 1993/1994) que nos permitam testar a hipótese acima formulada. Para tanto, num primeiro momento, buscaremos entender como esse adulto é descrito pela autora e quais funções são a ele atribuídas, para, em seguida, avaliar o impacto dessas descrições no modo como a teoria proposta por Bleichmar compreende e caracteriza as relações de cuidado.

3.2 - As funções de cuidado: a mãe como duplo comutador

Ao abordar as relações estabelecidas nos primeiros tempos de vida, Bleichmar (1984/1993) nos informa que “o vínculo materno é enganoso de início” (p. 155), pois, no momento em que o bebê humano, ao nascer um produto da natureza, buscaria a satisfação de

¹² Cabe ressaltar que, para Bleichmar (1984/1993), o movimento que instaura o recalçamento originário não aconteceria de uma só vez, sendo “necessários vários tempos para sua constituição” (p. 143).

uma necessidade, por exemplo a fome, encontraria algo mais do que isso. Encontraria elementos de uma experiência de satisfação capazes de “subverter sua harmonia natural . . . através de uma ação modificadora” (Bleichmar, 1984/1993, p. 60).

Nessa perspectiva, desde os primeiros contatos com a mãe, o recém-nascido se afastaria da ordem da natureza, baseada na autoconservação e na satisfação do instinto, e entraria, cada vez mais, na ordem da sexualidade, tornando-se um produto da cultura, um ser guiado pelas lógicas do prazer-desprazer e do amor-ódio. Desse modo, ao promover a subversão do instinto, os cuidados maternos abririam as vias de possibilidade de humanização da criança, pois colocariam em marcha o seu processo de constituição psíquica (Bleichmar, 1984/1993, 1993/1994).

Para entendermos a importância da inserção da criança no primado da sexualidade para a estruturação de seu psiquismo, tomaremos como exemplo a experiência da amamentação. Nela, nos informa Bleichmar (1993/1994), ao mesmo tempo em que a criança encontraria no leite um objeto de apaziguamento, capaz de aplacar a fome, entraria também em contato com os cuidados sedutores¹³ de um adulto, portador de um psiquismo já constituído e clivado entre pré-consciente–consciente e inconsciente, em outras palavras, um adulto para quem o seio e a própria experiência de alimentação, por estarem investidos libidinalmente, possuiriam significados e ressonâncias por ele mesmo ignorados.

Nesse sentido, pela perspectiva da sedução originária, os cuidados maternos seriam responsáveis não apenas por reduzir ou aplacar as tensões da autoconservação, mas também por implantar no bebê estímulos excitantes, desprendidos da sexualidade inconsciente dos cuidadores. Estímulos que, se por um lado, seriam capazes de pulsionalizar, libidinizar as experiências do recém-nascido, inserindo-o na ordem da cultura, por outro, já não encontrariam escoamento ou satisfação pelas mesmas vias que as tensões autoconservativas. Demandando do incipiente aparelho psíquico a busca de outras vias para seu apaziguamento (Bleichmar, 1993/1994).

¹³As formulações desenvolvidas por Bleichmar acerca das relações de cuidado se apoiam na perspectiva informada pela teoria da sedução generalizada (TSG) construída por Laplanche e formalizada em 1987. Em linhas gerais, para Laplanche (1987/1992) o que haveria de fundante e verdadeiramente originário no processo de constituição psíquica seria o confronto da criança com o adulto e com o mundo adulto. Confronto que teria lugar a partir do estabelecimento de um vínculo entre uma criança provida apenas de montagens reguladoras, “existentes mas imperfeitas . . . [e] prestes a se deixarem desviar” (Laplanche, 1987/1992, p. 110), e um adulto particularmente desviante “em relação a qualquer norma concernente à sexualidade . . . e . . . inclusive . . . em relação a si mesmo” (Laplanche, 1987/1992, p. 110) devido à clivagem de seu aparelho psíquico entre a dimensão pré-consciente–consciente e o inconsciente. Essa tendência ao desvio acompanhada da impossibilidade de o adulto ter controle sobre seu inconsciente é o que tornaria seus cuidados sedutores, pois transmitiriam à criança elementos derivados da sexualidade infantil recalcada, enigmáticos não apenas para ela como para o próprio adulto. Elementos desprendidos da sexualidade inconsciente que terminariam por conduzir a criança “para longe das vias naturais” (Laplanche, 1987/1992, p. 111).

Para Bleichmar (1993/1994), a vivência de satisfação experienciada pelo infante a partir dos contatos com o outro humano nos primeiros tempos de vida não se reduziria a uma satisfação autoconservativa, uma vez que, traria junto a si “os restos desprendidos da sexualidade do outro” (p. 21). Restos esses que, ao se inscreverem no infante, inundariam seu incipiente aparelho psíquico com “uma energia não qualificada propiciando um traumatismo, no sentido extenso do termo, já que rompe[riam] algo da ordem somática pelas linhas do sexual” (Bleichmar, 1993/1994, p. 23). É por meio desse processo que dizemos que o sexual externo, no primeiro momento presente no adulto clivado que se relaciona com o mundo de forma libidinal, daria origem na criança a um interno-externo excitante ou, em outras palavras, à pulsão (Bleichmar, 1993/1994).

A inscrição desse interno-externo excitante por ser pouca afeita à lógica da descarga a zero, modo inicial disponível ao lactente para a resolução dos estímulos autoconservativos, demandaria, nas palavras de Bleichmar (1993/1994) “derivações de outra ordem . . . [alterando] para sempre os modos de funcionamento do vivente” (p. 20). Pois, seria a existência de estímulos internos, excitações, das quais a fuga está impedida que levaria o incipiente sujeito a passar do princípio da inércia ao princípio da constância, inaugurando, assim, sua entrada na lógica do prazer-desprazer (Bleichmar, 1993/1994).

Em outras palavras, a implantação da sexualidade adulta no mundo infantil observada pela transformação do objeto da autoconservação em objeto libidinal obrigaria o infante “a um trabalho psíquico de organização da descarga de excitação a que se vê submetido por esta intromissão . . . [pela] sedução originária do agente materno” (Bleichmar, 1984/1993, p. 116), configurando-se, assim, como o “motor do progresso psíquico” (Bleichmar, 1993/1994, p. 4), afirma a autora, retomando a construção freudiana. Uma vez que seriam as tentativas de organizar, ligar e fazer frente a essas excitações que dariam origem às defesas psíquicas, movimentos cuja complexidade aumentaria com o passar do tempo, desembocando, tal qual descrito pela autora, na constituição de uma tópica (Bleichmar, 1984/1993). Cabe ressaltar que, no início, o bebê não possuiria meios adequados para lidar sozinho com as excitações implantadas. Para que elas encontrassem uma via de resolução, seria necessário o auxílio do adulto que, por meio do fornecimento de recursos capazes de promover um ordenamento ligador, faria com que a energia anteriormente instalada e que circulava sob o modo de um “mais aquém do princípio do prazer” (Bleichmar, 1993/1994, p. 37), isto é, a partir de movimentos compulsivos e evacuativos fadados ao fracasso devido ao caráter sexual da inscrição, se ligasse e, assim, circulasse sob o modo da pulsão de vida (Bleichmar, 1993/1994). Ponto que retomaremos adiante.

Na perspectiva apresentada por Bleichmar (1984/1993), portanto, a implantação da sexualidade no infante, que culminaria na constituição do autoerotismo, se configuraria como o primeiro tempo da constituição do aparelho psíquico e, por extensão, como a primeira função do agente materno. Ainda de acordo com a autora, se por algum motivo essa função sexualizante não viesse a se estabelecer, a criança tenderia a ficar presa no imediatismo da autoconservação e na improdutividade psíquica (Bleichmar, 1993/1994) ou ainda desenvolveria prognósticos semelhantes aos observados no fenômeno do hospitalismo, descrito por Spitz (1965/2004).

Em paralelo à implantação no bebê de excitações desprendidas de sua sexualidade inconsciente, caberia à mãe a realização de outra tarefa: a de fornecer ao infante as primeiras vias de ligação para essas excitações por ela depositadas durante a realização dos cuidados primários. Isso seria possível a partir do que Bleichmar (1993/1994) nomeou de *narcisismo transvasante*, referindo-se à capacidade da mãe de, a um só tempo, identificar alguém na criança, isto é, imaginar o bebê enquanto um ser dotado de pensamentos, desejos e atributos semelhantes ao de um sujeito com psiquismo constituído, e identificar-se com a criança ou, em outras palavras, nutrir a convicção, quase delirante, de que ela possuiria um saber sobre o bebê. Essa experiência de ser amado e pensado por um outro, de acordo com a autora, se configuraria como condição essencial à vida, pois, os aspectos ligadores do ego e do narcisismo materno, que habilitariam a mãe a enxergar a criança como um sujeito unificado, seriam capazes de fornecer as primeiras simbolizações, as primeiras vias de escoamento para as tensões de ordem sexual. O fornecimento das primeiras vias de escoamento promoveria, assim, no infante, o movimento de “abertura dos sistemas desejanter a partir [da constituição] de novas vias de prazer que não fiquem reduzidas nem fixadas à satisfação pulsional mais imediata” (Bleichmar, 1993/1994, p. 5).

Pouco a pouco, a partir do estabelecimento de *vias colaterais de ligação* para as excitações provenientes do encontro com o objeto libidinal, os cuidados maternos propiciariam a criação de um *entramado de base* no bebê (Bleichmar, 1993/1994). Em outras palavras, propiciariam a criação de uma rede de representações narcísicas, totalizantes, sobre as quais, posteriormente, viria se assentar o ego da criança a partir da instalação do recalçamento originário, que poderia ser entendido como o movimento de “clivagem inaugural do aparelho . . . [psíquico que teria] a virtualidade de constituir uma tópica definitiva” (Bleichmar, 1984/1993, p. 59) a partir da instauração, no psiquismo, de dois sistemas com dois modos de funcionamento distintos: o pré-consciente–consciente e o inconsciente. Fornecer, a partir de seu narcisismo, vias de ligação para as excitações libidinais

implantadas no bebê se configuraria como a segunda função materna descrita por Bleichmar (1993/1994). Por sua vez, falhas parciais ou totais na função de narcisização poderiam dar origem tanto aos transtornos típicos da infância, como transtornos de aprendizagem, na aquisição da linguagem e alterações na memória, muitas vezes associados, conforme demonstra Bleichmar (1984/1993), à dificuldade do estabelecimento das fronteiras intrapsíquicas e, conseqüentemente, do processo secundário, quanto a processos de esquizofrenia infantil (Bleichmar, 1993/1994).

O exercício das funções sexualizantes e narcisizantes, acima descritas, integrariam o que a autora nomeou de função de *duplo comutador*. A constituição do aparelho psíquico estaria então associada a essa dupla função desempenhada pela mãe. Nas palavras da autora:

um primeiro comutador, do lado da mãe – mas do lado do seu inconsciente, a partir dos cuidados sexualizantes em relação à cria humana –, que faz transformar a energia somática em energia sexual, e um segundo comutador, também do lado da mãe, mas neste caso de sua estruturação egóico-narcisista [*sic*], que inaugura a possibilidade da constituição de um sexual-dessexualizado, através da transcrição, transferenciada, do pulsional inscrito no inconsciente mediante a regulação de suas passagens ao pré-consciente–consciente. (Bleichmar, 1993/1994, p. 37)

Ainda de acordo com a autora, para ser capaz de gerar condições de ligação para as excitações implantadas na criança, não bastaria que a mãe possuísse representações egoico-narcísicas e que houvesse se instalado em seu psiquismo a lógica do processo secundário, seria necessário ainda que esses elementos estivessem “em funcionamento pleno no momento da criação” (Bleichmar, 1993/1994, p. 31). A autora considera que a presença de grandes traumas ou depressões do lado da mãe poderia dificultar a realização dessa função, ocasionando possíveis falhas na estruturação psíquica do infante. Conforme nos explica Bleichmar (1993/1994), seria a dificuldade da mãe em “encarregar-se do ‘desejo de vida’, da vicariância egóica [*sic*] que permite conservar a cria com vida a partir do amor do semelhante” (p. 109) o que “deixa[ria] o menino entregue à presença atacante do pulsional” (p. 109), em outras palavras, à ação da pulsão de morte.

Como foi possível observar ao longo desta seção, as investigações de Bleichmar (1984/1993, 1993/1994) acerca das origens do sujeito psíquico a levaram a conferir ao adulto e as funções por ele desempenhadas um lugar importante no processo de constituição do aparelho psíquico infantil. No entanto, nos informa a autora, suas proposições só seriam inteligíveis na medida em que pudesse ser considerado que “os pais são sujeitos clivados, sujeitos de inconsciente, e operam em suas interações através de aspectos pré-conscientes e

inconscientes” (Bleichmar, 1993/1994, p. 146). Pois, em suas formulações, seria justamente a compreensão do adulto “como um ser em conflito, provido de inconsciente e agitado por moções de desejo enfrentadas” (Bleichmar, 1993/1994, p. 29) o que guiaria toda a possibilidade de constituição psíquica e de “clivagem na tópica da cria humana, cuja humanização tem a seu encargo” (Bleichmar, 1993/1994, p. 29).

3.3 - A mãe enquanto sujeito clivado

Ao longo de suas investigações, Bleichmar (1984/1993) comenta que algumas tentativas de abordar as relações estabelecidas entre adulto e criança nos primeiros tempos de vida, em especial as derivadas da Psicologia do ego, tenderam a reduzir a função do adulto ao plano da autoconservação. Nessa perspectiva, portanto, a mãe tenderia a ser descrita única ou preferencialmente como aquela que satisfaz as necessidades do infante e o ego da criança como organismo vital cuja principal função seria a de promover a adaptação à realidade. Arranjo que culminaria no deslocamento da dimensão do conflito, que passaria a ser localizado “entre o sujeito da autoconservação e a realidade” (Bleichmar, 1984/1993, p. 175). Ao adotarmos integralmente essa perspectiva, nos informa Bleichmar (1984/1993), perderíamos de vista a dimensão de sujeito clivado e de conflito interno, isto é, conflito intrapsíquico entre os sistemas pré-consciente–consciente e inconsciente, descobertas fundamentais da psicanálise, bem como a abertura por elas proporcionada para a compreensão das vicissitudes que permeiam as relações de cuidado.

Ao tratar das teorias que abordaram o tema embasando-se na perspectiva estruturalista e na delimitação de funções maternas e paternas, ainda que reconheça suas contribuições, Bleichmar (1993/1994) alerta para a insuficiência de uma abordagem pautada nesses termos para uma compreensão psicanalítica das relações estabelecidas entre adulto e criança. Uma vez que, nessas relações, os elementos em jogo “não são unidades monádicas fechadas que se definem apenas por seu valor de posição, senão que . . . são ocupados por sujeitos que devem ser concebidos, psicanaliticamente, como sujeitos *de* inconsciente, quer dizer, atravessados por seus inconscientes singulares e históricos” (Bleichmar, 1993/1994, p. 143, grifo da autora). A consequência clínica de uma leitura que privilegia a função ou o valor de posição dos elementos em detrimento dos movimentos realizados pela mãe e pelo pai reais, nos informa a autora, seria deixar a criança desarmada diante das circulações desejanças a que está exposta (Bleichmar, 1993/1994, p. 144).

Em sua perspectiva teórica, Bleichmar (1993/1994) propõe considerarmos os cuidadores primários enquanto sujeitos atravessados por toda sorte de desejos oriundos tanto da circulação desejante entre adulto e criança quanto da sexualidade infantil, enquanto sujeitos de “inconsciente em que o pulsional ativa sistemas de representações que levam aos modos de encarar as manobras que os cuidados precoces do filho impõem” (p. 114). Em resumo, enquanto sujeitos concretos, com fantasmas e desejos singulares originados a partir de sua história libidinal, sempre contingente. É nesse sentido, e por considerar a complexidade intrapsíquica do adulto que se ocupa da criança, que a autora questiona, ao se deparar com a presença de falhas no exercício dessas funções em um caso clínico: seria possível

pedir a alguém, a nível de sua vontade e consciência, que seja diferente a como é e que opere de modo diferente a como o faz? . . . [Pedir que] as figuras reais sejam as que assumam as tarefas para as quais, em muitos casos, estão estruturalmente impossibilitadas? (Bleichmar, 1984/1993, p. 17)

Com esse questionamento, Bleichmar (1993/1994) parece apontar para a importância de considerarmos o papel desempenhado pela história libidinal do cuidador, com seus desejos e fantasmas, na produção das possibilidades e impossibilidades do exercício de determinada função de cuidado. Pois essa história poderá lhe ajudar e atrapalhar no cuidado da criança.

A nosso ver, a recuperação e a inclusão do aspecto cindido do psiquismo do adulto nas teorizações sobre as relações de cuidado, proposta por Bleichmar (1984/1993, 1993/1994), se mostra importante por ampliar nossa possibilidade de compreensão dos diferentes elementos em jogo, sejam eles facilitadores ou dificultadores, no estabelecimento e manutenção dessas relações. Potencializando, assim, tanto nossa capacidade de escuta quanto de intervenção. Apresentaremos a seguir trechos de dois casos clínicos conduzidos e comentados por Bleichmar (1993/1994), de modo a ilustrar os impactos que a chegada de uma criança e o estabelecimento de uma relação de cuidado com ela poderia produzir no psiquismo dos cuidadores primários.

3.3.1 - Primeiro caso

Daniel contava apenas cinco semanas de vida quando foi levado ao consultório de Bleichmar por seus pais. Primeiro filho de um casal jovem, mas que já se encontravam juntos há cerca de sete anos, Daniel apresentava um transtorno precoce do sono: permanecia

acordado por cerca de vinte horas por dia, sendo que, por vezes, o período de sono não se estendia por mais de dez a quinze minutos de cada vez, submetendo os pais a uma situação desconcertante e desesperadora. De acordo com Bleichmar (1993/1994), os pais se mostravam confusos e deprimidos diante do filho a quem, independente de seus esforços, pareciam não conseguir apaziguar. As tarefas de alimentação, troca de fraldas, banho e mesmo o uso do bico se mostravam como experiências desprazerosas, permeadas por períodos de choro, rechaço e agitação de Daniel. A sensação geral dos pais era a de “‘não poder acertar’ o que o menino requeria” (Bleichmar, 1993/1994, p. 12).

Tendo sido descartada qualquer explicação a nível orgânico para o transtorno, por sugestão da analista do pai iniciou-se junto a Bleichmar uma investigação acerca das possíveis origens psíquicas do fenômeno. As consultas realizaram-se com base no modelo de entrevistas, cinco ao todo, no período em que Daniel contava de cinco a nove semanas de vida. A primeira e a última entrevistas realizaram-se com a presença da mãe, do pai e de Daniel; enquanto as três entrevistas restantes contaram apenas com a presença da mãe e do bebê.

Devido a sua orientação prévia, na primeira entrevista realizada com a mãe e o bebê, Bleichmar (1993/1994) pôde acompanhar o processo de alimentação de Daniel. A autora relata que cuidou para que a mãe se acomodasse da forma mais confortável possível, e tão logo a amamentação teve início não pôde deixar de notar em como ela “segurava o bebê com certa dificuldade: a cabecinha não encaixava corretamente em seus braços, as mãozinhas não encontravam uma posição que lhe permitisse situar-se comodamente em torno do seio . . . [enquanto suas mãos encontravam-se] cruzadas em baixo do menino” (Bleichmar, 1993/1994, p. 13). Ao ser questionada sobre como se sentia ao segurá-lo, a mãe relatou que “não podia agarrá-lo bem; não ‘sabia o que ele queria’” (Bleichmar, 1993/1994, p. 13). Localizamos, a partir dessa fala e da cena da amamentação, uma dificuldade da mãe em realizar a segunda tarefa descrita por Bleichmar como essencial para a constituição do aparelho psíquico da criança, a função de narcisização. Na qual as manobras amorosas da mãe, tais como envolver o corpo da criança com os braços de modo a aconchegá-la, sustentar sua cabeça e acomodar as pernas com delicadeza, acariciá-la, permitir que suas mãos estejam livres para tocar o seio, forneceriam à criança vias colaterais de ligação para a excitação proveniente do encontro com o objeto libidinal, no presente caso, com o seio (Bleichmar, 1993/1994).

As origens dessa dificuldade vão ganhando forma na medida em que mãe e analista conversam, e a primeira se sente confortável para compartilhar com Bleichmar alguns episódios de sua história. Ela conta à analista como havia sido difícil para ela decidir-se por

ter um filho, levava os sete primeiros anos do casamento para fazer essa escolha, em geral, dedicava-se muito ao trabalho e acreditava que as demandas de um filho ocupariam todo o seu tempo. E, nesse contexto, não raro se sentia culpada quando notava em si algum sentimento hostil em relação à criança. Bleichmar (1993/1994) relata que era muito difícil para essa mãe reconhecer e tolerar o ódio tanto em si quanto nos outros. Em sua família de origem, a mãe de Daniel ocupava a posição de filha caçula e de preferida do pai, já a relação com sua mãe era permeada pela rivalidade e por sentimentos hostis. De modo que, desde cedo, havia criado para si a fantasia de que “seria melhor mãe do que sua mãe em quem reconhecia muitas falhas – certo infantilismo e atitudes competitivas com os filhos” (Bleichmar, 1993/1994, p. 15). Em sua casa, o irmão mais velho havia sido o preferido da mãe, tendo provocado na mãe de Daniel sentimentos de inveja ao longo da vida.

Destacaremos, na breve análise que faremos do caso, os sentimentos de medo e hostilidade com os quais a mãe de Daniel se viu confrontada a partir do nascimento do filho, buscando realizar associações entre esses sentimentos e sua história libidinal. O primeiro elemento que nos chama atenção é a fantasia acerca da maternidade por ela relatada. É possível supor que as primeiras dificuldades encontradas no manejo de Daniel tivessem colocado em xeque essa fantasia, há tanto tempo sustentada, de que ela se tornaria uma mãe melhor do que a que teve. Gerando compreensíveis sentimentos de impotência, frustração e mesmo hostilidade em relação ao bebê que não permitia sua realização. Sua sensação, nos relata Bleichmar (1993/1994), era a de se sentir capturada pela relação com a criança, como se as demandas e cuidados de Daniel fossem ocupar todo o seu tempo. A título de nota, cabe mencionar que comparando a estrutura de sua família de origem com a família atual, Daniel ocupava a mesma posição de seu irmão mais velho, filho preferido de sua mãe, que o mimava, enquanto rivalizava com a filha mais nova. Poderia a mãe de Daniel, durante sua infância, ter experimentado sensações semelhantes, isto é, de que o irmão mais velho ocupava todo o tempo da mãe e que ela parecia capturada por essa relação? Elemento que também poderia fomentar sentimentos de hostilidade em relação ao filho.

Bleichmar (1993/1994) nos mostra ainda como a dificuldade desta mãe em lidar com sentimentos hostis de modo geral, acrescida do fato de não se sentir capaz de satisfazer o filho impactava a construção de um vínculo narcísico com ele, em que ela se sentisse capaz de “agarrar”, de se apropriar do bebê pela via da identificação. Diante da revelação de que apenas recentemente, em sua análise pessoal, ela vinha descobrindo a hostilidade que dirigia a sua mãe, bem como o medo que sempre teve de expressá-la, Bleichmar (1993/1994) intervém, “talvez por isso você se assuste tanto quando Dani chora, pense que essa raiva que você tem

dentro de si possa ser tão poderosa que lhe dá terror não o satisfazer, como se entre ambos se pudesse estabelecer uma batalha mortal” (p. 15). Passagem que nos permite entrever a complexidade a qual o vínculo com a criança estará sujeito: por vezes, Daniel ocupava para a mãe posição semelhante a de seu irmão mais velho suscitando nela conflitos e afetos difíceis de manejar, em outros momentos servia como suporte para as projeções dos afetos maternos reprimidos. Aspectos esses que exerciam influência no vínculo estabelecido com o bebê.

Ao longo do mês no qual transcorreram as entrevistas, a mãe foi se tornando mais tranquila e confiante no exercício de suas tarefas, sentindo que era capaz de “agarrar Daniel”, no sentido de identificar-se com ele, mas também soltá-lo, no sentido de “reconhecê-lo como outro . . . a quem não podia satisfazer onipotentemente” (Bleichmar, 1993/1994, p. 15). Em outras palavras, sentindo-se capaz de realizar os movimentos da função de narcisização sem ser atravessada por tantas tensões. É interessante notar que, neste caso, o reconhecimento de que não precisava satisfazer o filho de modo onipotente tenha sido justamente o elemento que possibilitou a essa mãe identificar-se com Daniel e representar a si mesma enquanto detentora de um saber-fazer com ele.

A última entrevista contou também com a presença do pai. Se por um lado sua esposa se saía melhor nas tarefas de cuidado de Daniel, ele, por sua vez, parecia não suportar os episódios de choro do menino, nas palavras da autora, impedia que a mãe “tentasse aliviá-lo se não o conseguisse imediatamente, tirando-o de seus braços e tentando uma quantidade de manobras que deixavam Dani mais excitado do que antes” (Bleichmar, 1993/1994, p. 16). Na entrevista, durante a conversa com o casal, o pai revelou sua dificuldade em observar que a esposa insistisse para que o filho aceitasse o bico. As associações por ele produzidas levaram à compreensão de que ver a insistência da esposa em relação ao bico o remetia às sucessivas cenas de intrusão vivenciadas com sua mãe durante a infância e a adolescência, nas quais ela, por exemplo, insistia para que ele “comesse o que ela cozinhava [apenas] para satisfazê-la, sem se importar com o desejo de seu filho” (Bleichmar, 1993/1994, p. 16). O pai de Daniel recordou ainda que seu pai nunca havia colocado limites, impedido a violência da esposa, comportamento que ele não queria reproduzir.

Nesta cena podemos ver como elementos derivados da história libidinal do pai influenciaram diretamente em sua forma de ler e compreender o que se passava entre a esposa e o filho. A projeção realizada sobre a esposa do papel invasivo e narcisista comumente desempenhado por sua mãe, acrescida de sua identificação com o filho, no lugar de vítima dos excessos maternos, não teve como principal resultado a proteção de Daniel, desfecho

esperado pela fantasia paterna, mas sim o impedimento de que sua esposa levasse a cabo o exercício das funções de cuidado (Bleichmar, 1993/1994).

Cerca de três anos depois, Bleichmar (1993/1994) recebe uma ligação da mãe de Daniel solicitando uma nova consulta. A motivação residia no fato de que havia tido uma filha, que naquele momento contava pouco mais de nove meses de vida. Esse segundo nascimento lhe colocara novas questões, dentre elas as dificuldades trazidas pelo manejo do cuidado simultâneo de duas crianças. Compareceram à entrevista a mãe, Daniel e sua irmã mais nova, Camila. É interessante notar a descrição realizada pela mãe acerca da relação estabelecida e dos cuidados dispensados à Camila. Bleichmar (1993/1994) afirma que “ela sentia que tudo tinha sido tão fácil com esta menina! Nenhuma das dificuldades . . . [e] ansiedades anteriores” (p. 42). A mãe já não se sentia capturada na relação com esta filha e o vínculo amoroso e narcísico parecia haver se instituído desde o início. A mãe dizia-se ainda angustiada quanto aos ciúmes e as intromissões que Daniel fazia em sua relação com Camila, pois tinha medo de que isso causasse danos à filha.

O nascimento de Camila, nos informa Bleichmar (1993/1994), que ocupava a mesma posição que sua mãe em sua família de origem, a posição de filha caçula, havia trazido a essa mulher a possibilidade de reeditar o vínculo falido com sua mãe. Na fantasia materna, Camila havia se constituído como “objeto reparador” (Bleichmar, 1993/1994, p. 42) destinado a restituir todas as alegrias e prazeres aos quais ela não tivera acesso enquanto filha. Já sobre Daniel pairava a projeção materna dos ciúmes e do desejo de obstaculizar o vínculo mãe-filha, projeção de sentimentos, cabe ressaltar, que ela mesma deve ter experimentado ao longo da vida ao observar a relação de sua mãe com seu irmão.

3.3.2 – Segundo caso

Passemos agora ao relato do caso Paula, que contava três anos e meio de idade quando foi levada ao consultório de Bleichmar (1993/1994) por sua mãe. A menina, que durante os primeiros anos de vida havia apresentado um bom desenvolvimento geral e uma inteligência aguçada, após um acidente de carro, que não provocara danos físicos aos envolvidos, começou a apresentar uma gagueira. A persistência do quadro, porém, terminou por despertar o desagrado de sua mãe que, certa feita, disse à filha que, caso continuasse gaguejando, iria dá-la de presente. Diante da ameaça materna, o quadro sofre uma alteração: Paula deixa de usar a linguagem falada e sua gagueira dá lugar a um mutismo eletivo.

Ao relatar as entrevistas, Bleichmar (1993/1994) chama nossa atenção para o fato de que, aos três anos e meio, Paula já era um sujeito humano, possuindo um mundo próprio e seus próprios vínculos com o mundo. Ela já “estava em posse do sim e do não, era capaz de expressar seus desejos e também de contrapor-se ao semelhante” (Bleichmar, 1993/1994, p. 157). Uma paciente capaz de constituir, portanto, “as delícias de qualquer analista” (Bleichmar, 1993/1994, p. 157). Por Paula possuir um aparelho psíquico mais estruturado, a abordagem utilizada por Bleichmar para a condução deste caso irá diferir daquela utilizada no caso Daniel.

Cabe retomar aqui, brevemente, a diferenciação estabelecida pela autora entre transtorno e sintoma. De acordo com Bleichmar (1993/1994), os sintomas seriam formações que dariam “conta do conflito intersistêmico, quer dizer, intrapsíquico, formações de compromisso” (p. 178) efeito de uma satisfação pulsional recusada, cuja manifestação no infante só seria possível após o estabelecimento de uma tópica (Bleichmar, 1984/1993). Já os transtornos configurar-se-iam como emergências patológicas produzidas “em tempos anteriores às diferenciações entre os sistemas, à instalação do recalçamento originário” (Bleichmar, 1993/1994, p. 178). Esses últimos, nos informa a autora, diriam respeito a perturbações na instalação da tópica, a falhas no processo de constituição do recalçamento originário. Já no que tange a estratégias clínicas, enquanto os sintomas seriam solucionáveis pelo acesso a seu conteúdo inconsciente por meio da associação livre, os transtornos demandariam intervenções capazes de proporcionar um reordenamento psíquico (Bleichmar, 1993/1994). Levando em conta os casos aqui relatados, as manifestações apresentadas por Daniel encontravam-se no campo dos transtornos, já as emergências patológicas apresentadas por Paula irão se enquadrar no campo dos sintomas.

Em busca de uma explicação para a manifestação sintomática da menina, num primeiro momento, Bleichmar (1993/1994) voltará sua atenção para os elementos que configuravam a estrutura edípica na qual Paula se inseriu, nominadas pela autora de *condições estruturais de saída*. Buscando, em seguida, localizar as vicissitudes histórico-traumáticas de sua paciente, isto é, os acontecimentos, a princípio contingentes, que ao se enlaçarem às condições estruturais de saída e aos conflitos com que Paula se via confrontada naquele período, tornariam compreensíveis as *condições de chegada* que culminaram na gênese do sintoma neurótico.

No que diz respeito às condições estruturais de saída, Bleichmar (1993/1994) destaca a dificuldade de estabelecimento de uma aliança conjugal pelos pais de Paula e a forma como isso impactou o estabelecimento dos arranjos libidinais com os filhos. No início do

casamento, a mãe sentia que “tinha um marido jovem e queria desfrutá-lo” (Bleichmar, 1993/1994, p. 152), no entanto, seus dois primeiros filhos não demoraram a nascer. O marido, por sua vez, ainda fortemente vinculado à própria mãe, demandava que a esposa se ocupasse dos filhos, repreendendo-a constantemente por não exercer de forma adequada as tarefas maternas e julgando-a imperfeita quando comparada à mãe dele. A dimensão da imperfeição ressaltada pelo olhar crítico do marido, nos informa Bleichmar (1993/1994), encontrava ressonâncias na história da esposa: constantemente questionada e criticada pela mãe, com quem sempre teve uma relação conturbada, ela havia criado para si a fantasia de não poder satisfazer o outro nem exercer plenamente suas funções, bem como havia desenvolvido uma dificuldade em expressar e suportar a expressão de desejos hostis em relação aqueles que amava.

Diante desse cenário, o pai de Paula havia se apropriado dos dois primeiros filhos do casal desenvolvendo forte vínculo com eles. O nascimento de Paula, porém, se deu tempos depois, quando sua mãe se encontrava mais voltada para o envolvimento com as tarefas de cuidado, de modo que a filha caçula foi cedida à esposa. Desejada desde o início, Bleichmar (1993/1994) destaca que os investimentos que a mãe direcionava à menina se encontravam fortemente atravessados pelas instâncias ideais. Paula parecia destinada a constituir-se como sua “obra maravilhosa” (Bleichmar, 1993/1994, p. 158), como a prova de que ela, afinal, não era imperfeita e conseguia exercer bem suas funções, promovendo, assim, a renarcisização materna. Tais fatos culminaram no desenvolvimento de um vínculo intenso entre elas: de um lado, a mãe tinha dificuldades em ausentar-se dos cuidados com a menina, do outro, Paula havia desenvolvido uma hiperconexão com tudo o que dizia respeito à mãe. É com esses dados em mãos que autora voltará sua atenção para as vicissitudes histórico-traumáticas de sua paciente.

Embasando-se na proposta freudiana expressa em “A etiologia da histeria”, Bleichmar (1993/1994) afirma que um fato só poderia ser considerado determinante de um sintoma se apresentasse, por um lado, a adequabilidade necessária para servir como determinante – idoneidade determinadora – e, por outro, a força traumática necessária. Como nem sempre essas duas condições estão presentes em uma única cena, por vezes a explicação de um sintoma implica na localização de uma série de eventos que, ao se enlaçarem, satisfariam os requisitos necessários a sua formação (Freud, 1896/1989). No presente caso, Bleichmar destaca oito eventos que, ao serem considerados em conjunto, auxiliariam na elucidação do sintoma da menina. Nesta série, que será apresentada em ordem cronológica, destacam-se os

episódios de separação e de perda do lugar de objeto privilegiado da mãe, bem como os sentimentos hostis experimentados por Paula a partir disso.

(1) O primeiro deles se deu aos oito meses de idade, quando a menina, que nunca tinha se distanciado de modo significativo dos braços da mãe, se viu brutalmente afastada dela quando esta, acidentalmente, a trancou sozinha dentro do carro. A reação de horror da mãe ao se dar conta do ocorrido terminou por provocar o desespero da menina. (2) O segundo episódio diz respeito à retirada da menina do quarto dos pais quando contava um ano e meio de idade. Movimento que terminou por converter-se em um verdadeiro malabarismo de troca de quartos envolvendo diferentes integrantes da família. (3) No terceiro episódio, Paula, na época com dois anos e quatro meses, acompanhava sua mãe quando ela se envolveu no primeiro acidente de carro, uma batida leve sem maiores consequências. A única referência da menina ao acidente ocorre ao chegarem em casa quando questiona: “o que ocorreu à minha mãe?” (Bleichmar, 1993/1994, p. 158). Dias depois, essa pergunta começa a ser entoada pela menina de tempos em tempos como uma espécie de cantiga; tem início também o movimento frequente de ir até o quarto do irmão mais velho pegar dois de seus carrinhos e chocar um contra o outro reiteradamente. (4) O quarto episódio se deu um mês depois, quando seus pais saíram em uma viagem de vinte dias. Ao retornarem para casa, notaram uma alteração no comportamento da menina que passou a reagir a eles com choro e birras (Bleichmar, 1993/1994).

(5) Pouco tempo depois um quinto episódio viria se juntar à sequência: eventos envolvendo o significante *queda* começaram a despertar a atenção e mobilizar a garota. Algum tempo depois da primeira viagem, a mãe de Paula sofre uma queda ao entrar em casa, fato que provoca forte impressão na menina. Dias depois é Paula quem cai de sua cama. Cabe ressaltar que, ao longo de uma entrevista, é neste momento que Paula rompe sua resistência ao intercâmbio mãe-analista, ao solicitar que a mãe relate o episódio da própria queda. (6) Em seguida, uma segunda viagem é realizada, desta vez por toda a família e, na divisão dos quartos no hotel, Paula é reinserida no quarto dos pais, dividindo a cama com eles. (7) O sétimo episódio tem lugar após a segunda viagem, quando Paula apresenta uma alteração de comportamento: começa a rechaçar seus amiguinhos e a reclamar reiteradamente do primo de sua idade por ter batido nela, fato que já havia acontecido anteriormente sem despertar sua mobilização. (8) O último episódio da série diz respeito ao segundo acidente de carro, a batida frontal, que culminou na gagueira, motivo da consulta (Bleichmar, 1993/1994).

Tendo em vista as condições edípicas de saída estabelecidas no interior dessa família, que conduziram ao desenvolvimento de uma relação mãe-filha permeada por fortes elementos

narcísicos, a autora chama nossa atenção para os episódios em que Paula havia sido confrontada com a possibilidade de separação da mãe, bem como para os sentimentos hostis daí derivados. Cabe ressaltar que Paula, assim como a mãe, demonstrava dificuldades em expressar sentimentos de raiva e hostilidade, em especial na presença dela (Bleichmar, 1993/1994).

A análise da série permite observar que os primeiros episódios de separação, ilustrados pelos eventos (1 e 2), parecem não ter produzido angústia na menina de forma espontânea¹⁴. É apenas no episódio (4) que a reação de Paula à separação se torna evidente, fato ocorrido depois do primeiro acidente de carro, que havia levado a menina, reiteradamente, a chocar os carrinhos do irmão um contra o outro numa tentativa de elaboração do trauma. Mas a que trauma estaríamos nos referindo se a batida havia sido leve e sem maiores consequências?

Acompanhemos a linha de raciocínio desenvolvida pela autora. De acordo com Bleichmar (1993/1994), seria possível supor que durante seus primeiros anos de vida, por dividir o quarto com os pais, Paula houvesse presenciado algum episódio da cena primária, que, por se constituir nessa série como o primeiro tempo do trauma, teria permanecido em estado de latência. Com o primeiro acidente (3), ao significante *carro*, anteriormente associado de forma traumática à separação da mãe (1), associaram-se os significantes *batida* e *choque*, que parecem ter remetido a menina a elementos derivados da cena primária. Choque dos carros remetendo ao choque dos corpos, afirma Bleichmar (1993/1994). O movimento repetido por Paula com os carrinhos do irmão seria, assim, uma tentativa de dar conta tanto de algo da violência que comumente reveste as lembranças da cena primária, quanto da possibilidade de separação da mãe derivada da percepção de si enquanto terceiro excluído. A nosso ver, é a formação dessa rede associativa no psiquismo da menina que faz com que ela reaja à viagem dos pais (4) de um modo diferente de como havia reagido nos dois primeiros episódios de separação (1 e 2).

É somente após experienciar os sentimentos de raiva e impotência despertados pela situação de exclusão (4) que se organiza para a menina um novo significado para o significante *queda* (5), que passa a representar a expulsão do amor do outro (Bleichmar, 1993/1994). Parece-nos possível supor que a queda da mãe tenha lhe causado uma forte impressão justamente por realizar seus desejos hostis a ela direcionados. Em seguida, é Paula quem cai da cama numa tentativa de, a um só tempo, organizar a experiência de ser o terceiro

¹⁴ Cabe lembrar aqui que o desespero de Paula no primeiro evento não foi eliciado por ter sido trancada sozinha no carro, mas sim pela reação de horror de sua mãe e das pessoas que rodeavam o veículo diante do ocorrido.

excluído, como de punir-se pelos desejos hostis direcionados à mãe devido aos episódios de separação.

A reinserção de Paula no quarto dos pais (6) ocupa, assim, para Bleichmar (1993/1994), o lugar de segundo tempo do trauma, pois é ela que ressignifica a primeira exclusão (2), bem como os demais episódios de separação da mãe. É como se, nesse momento, Paula pudesse articular algo como a seguinte teoria-fantasia: “Ah, isto era o que faziam quando me deixaram só” (Bleichmar, 1993/1994, p. 162). Quando estava só a mãe podia divertir-se com o pai, fato que reforçava a sensação de exclusão da menina, gerando nela sentimentos hostis. Não é à toa que, a partir daí, Paula comece a reclamar que o primo batia nela (7), cena que lhe trazia à mente a indesejada rede associativa e os sentimentos dela derivados.

Assim, quando o segundo acidente tem lugar (8), Paula se vê novamente assaltada por sentimentos hostis difíceis de controlar. Surge então a gagueira¹⁵ como forma de expressão do ódio despertado pela situação de exclusão, um ódio que, ao mesmo tempo em que é expresso, se apresenta de forma velada, atingindo a mãe apenas indiretamente por romper com o ideal de obra maravilhosa por ela projetado sobre a filha. No entanto, diante da nova ameaça de expulsão do amor enunciada pela mãe, ao dizer que se não deixasse de gaguejar a daria de presente, Paula se vê obrigada a reprimir a via que havia encontrado para a expressão de seus afetos hostis, desenvolvendo, então, um mutismo eletivo.

Os casos acima relatados permitem observar como a chegada de Paula e Daniel produziram impactos no psiquismo de seus pais, na interação entre eles e também na dinâmica familiar. Porém, ao nos debruçarmos sobre a dinâmica intrapsíquica dos integrantes do casal parental chama atenção o fato de que mesmo movimentos comumente esperados em adultos que escolheram ter um filho, como o estabelecimento da identificação ou o exercício de tarefas básicas de cuidado, não se configuraram como movimentos simples ou dados, mas como movimentos complexos permeados pelos aspectos inconscientes dos pais. Aspectos que, não raro, produziram respostas afetivas nesses pais, chegando a influenciar o modo de se relacionarem e responderem às demandas dos filhos. A chegada de Daniel, por exemplo, evocou em sua mãe elementos derivados da triangulação com sua própria mãe e seu irmão,

¹⁵ Em sua interpretação Bleichmar (1993/1994) promove uma aproximação entre a gagueira e o sadismo anal, com seu caráter explosivo que “tomam as palavras tingidas de hostilidade” (p. 172), seguindo a literatura psicanalítica. Ela comenta ainda o caso de um paciente que havia entrado em tratamento em função de sua gagueira. Certa feita, enquanto ele tentava golpeá-la com os punhos em uma sessão, ela segurou suas mãos e disse “com palavras, tua bronca, com palavras, não com tapas” (Bleichmar, 1993/1994, p. 172), ao que ele lhe respondeu “as palavras são tapas” (Bleichmar, 1993/1994, p. 172).

produzindo nela conflitos internos e sofrimento psíquico, evidenciados pelos sentimentos de frustração, insegurança, hostilidade e culpa, dificultando a identificação com o filho e o exercício da função de narcisização. Cabe lembrar que mesmo a identificação mais estabelecida entre pai e filho não se mostrou livre das vicissitudes impostas por aspectos inconscientes do pai: observar a insistência da esposa para que o filho aceitasse o bico provocava nele uma angústia semelhante àquela vivida em episódios com sua própria mãe e o levava a produzir uma resposta que deixava sua esposa mais insegura e o filho mais agitado.

Bleichmar (1993/1994) afirma que, são esses elementos ilustrados pelos casos clínicos, “é esta realidade sexual que permanentemente pareceria ser empurrada para fora da psicanálise. A categoria ‘pai’ e ‘mãe’, encobre, em muitos casos, o caráter sexuado deles” (p. 139), escamoteando, assim, a realidade de seus desejos e fantasmas que, embora muitas vezes desconhecida ou ignorada por eles mesmos, como pôde ser observado, não deixam de exercer influência no modo de se relacionarem com o mundo e, em especial, com sujeitos tão próximos, como costumam ser os filhos.

Com base nesses exemplos e seguindo a linha de raciocínio elaborada por Bleichmar (1984/1993, 1993/1994) parece-nos possível atribuir à dimensão inconsciente dos adultos três principais funções quando consideradas no contexto das relações de cuidado: 1) Implantação da sexualidade na criança, função sexualizante, tal como vinham sendo realizado, por exemplo, pelos pais de Daniel a partir dos cuidados diários com o filho; 2) Matriz da função narcisizante, como foi possível observar na relação estabelecida entre a mãe de Daniel e sua segunda filha, em que o vínculo e os desejos frustrados em relação a sua própria mãe fizeram com que ela projetasse em Camila a imagem de objeto reparador. Demonstrando que mesmo a identificação facilmente estabelecida e as manobras amorosas realizadas no cuidado com a filha, ou em outras palavras, mesmo o sexual-dessexualizado característico da função narcisizante, encontrava sua origem em desejos e fantasias inconscientes da mãe; 3) Promotor de ruídos nas relações de cuidado. Utilizamos aqui o termo ruído no sentido a ele atribuído por Laplanche (2015), referindo-se à capacidade do inconsciente parental, com seus desejos e fantasias, de interferir e, assim, comprometer as mensagens pré-conscientes–conscientes que eles endereçariam às crianças durante os cuidados diários (ver Laplanche, 2015, pp. 168-169). Aspecto evidenciado, por exemplo, pelo imperativo de perfeição derivado da história libidinal da mãe de Paula e por ela lançado sobre sua filha, o que dificultava que os afetos hostis experimentados pela menina encontrassem vias mais saudáveis de expressão e reconhecimento.

Outro aspecto que merece ser destacado nesta exposição diz respeito ao papel desempenhado pela atividade psíquica da criança em sua manifestação sintomática. Enquanto na análise do transtorno de sono a atividade psíquica ainda muito incipiente em Daniel fez com que grande atenção fosse conferida à dinâmica intrapsíquica dos pais e às dificuldades por eles encontradas no exercício das funções de cuidado. Vemos, no segundo caso, a importância de considerarmos a atividade psíquica de Paula para chegarmos a uma explicação para seu sintoma. A nosso ver, a consideração da atividade da criança tanto em seu processo de estruturação psíquica quanto na determinação das manifestações sintomáticas complexificam o estudo das relações de cuidado e configuram-se como uma das contribuições trazidas por Bleichmar (1984/1993, 1993/1994) para as discussões sobre o tema. Aspecto que será abordado com mais detalhes na próxima seção.

3.4 - Metábole: o papel ativo da criança em seu processo de estruturação psíquica

Ainda que defina a criança como um sujeito em estruturação e enfatize a importância de atentarmos para a dimensão histórica da constituição de seu aparelho psíquico, ao revisitar algumas teorias que se ocuparam das origens do sujeito, Bleichmar (1984/1993) se mostra interessada e atenta ao lugar reservado por cada uma delas à investigação e “compreensão da produtividade psíquica da criança” (p. 13). Questionando se, a partir de seu escopo teórico, elas tenderiam a fomentar ou limitar a compreensão sobre a criança enquanto um dos agentes desse processo de estruturação (Bleichmar, 2005).

Essa questão se mostra relevante, pois, de acordo com Bleichmar (1984/1993, 2005), seria necessário considerar que ainda que inicialmente a criança ocupe uma posição de dependência em relação ao adulto e de passividade em relação às inscrições libidinais, devido à assimetria existente entre os dois integrantes dessa relação no nível maturacional e psíquico, uma vez colocados em andamento, os processos psíquicos da criança não deveriam ser desconsiderados seja na apreciação de sua estruturação psíquica, seja nas descrições das relações de cuidado. Pois a criança também desempenharia um papel ativo nesse processo.

É neste sentido que a autora insiste na importância teórica e clínica de diferenciarmos as *condições estruturais de saída*, que incluem a estrutura edípica e a história das vicissitudes libidinais dos cuidadores, das *condições de chegada*, que dizem respeito ao psiquismo da criança com seus eventuais sintomas. Bleichmar (1984/1993) argumenta que, ainda que os fantasmas e desejos parentais sejam preexistentes ao sujeito e exerçam influência sobre a sua constituição psíquica, podendo inclusive levar a traumatismos, a natureza do vínculo entre as

condições estruturais de saída e a constituição do sujeito psíquico seria de correlação e não de simetria. Em outras palavras, para a autora, as condições de saída não seriam responsáveis por determinar de modo inescapável os destinos do aparelho psíquico da criança, sendo antes responsáveis por esboçar alguns caminhos possíveis para essa estruturação (Bleichmar, 1993/1994). De acordo com Bleichmar (1984/1993), as condições de saída irão definir “as linhas pelas quais se abrirão . . . os movimentos que haverão de permitir-nos entender a constituição [do] . . . aparelho psíquico [do lactente]” (p. 26), no entanto, essas linhas serão abertas “em grandes traços” (p. 26), cabendo, portanto, à criança, a partir do processo de *metábole*, “enlaça[r] estas determinações sob um modo *singular*, jogando com uma gama de possibilidades abertas em leque” (p. 16, grifo da autora).

O conceito de *metábole* é extraído por Bleichmar (1984/1993) das formulações de Laplanche (1981/1992) e nos permite entender que a constituição do “inconsciente . . . é o resultado de um estranho metabolismo que, como todo metabolismo, comporta decomposição e recomposição” (p. 101) das implantações sexualizantes dos primeiros tempos de vida. Para Laplanche (1992/1996), desde os primeiros contatos, desde os primeiros gestos de cuidado, o adulto estaria transmitindo mensagens à criança. Mensagens que, por estarem comprometidas com seu inconsciente, possuiriam significados desconhecidos pelo emissor. Encontramos um exemplo disso no malabarismo realizado pela mãe de Paula para retirar a filha do quarto do casal. Ainda que não tivesse se dado conta disso de forma consciente, ao envolver toda a família no processo de troca de quartos ela demonstra sua própria dificuldade em separar-se da filha e de colocá-la na posição de terceiro excluído.

Desse modo, ao considerarmos a interação no contexto das relações de cuidado, de um lado teríamos o adulto, emissor das mensagens que, por constituir-se enquanto sujeito clivado, ignoraria boa parte do que diz quando as emite, e do outro lado a criança que “não possui mais do que meios inadequados e imperfeitos de formatação ou de teorização do que lhe é comunicado” (Laplanche, 1992/1996, p. 161, tradução nossa), mas que ainda assim é convocada a situar-se diante dessa mensagem enigmática emitida por um adulto que deseja lhe comunicar algo. Na tentativa de se situar diante do mundo adulto, de modo geral, e diante do universo de significância e das mensagens transmitidas pelos cuidadores primários, em particular, teria início na criança o processo de *metábole*¹⁶, isto é, de decomposição e recomposição das mensagens, de modo a traduzir aquilo que lhe chega da melhor forma

¹⁶ A nosso ver, o termo *metábole* poderia ser entendido como uma metáfora elaborada por Laplanche para dar conta do processo de apropriação das mensagens enigmáticas realizado pela criança. A esse respeito, Laplanche (1992/1996) afirma ser possível admitir, inclusive, outros termos para descrever o processo, tais como auto-construção ou auto-teorização, ver Laplanche (1992/1996, pp. 161-162).

possível, com os recursos “afetivos, imaginativos [e] intelectuais” (Laplanche, 1992/1996, p. 162, tradução nossa) de que dispõe. Nas palavras de Bleichmar (1984/1993), os processos metabólicos poderiam ser entendidos como os meios a partir dos quais “o sujeito incipiente se apropria do objeto enquanto fonte de sexualidade e simbolização” (p. 13). A consequência direta do comprometimento da mensagem com o inconsciente do adulto seguido da apropriação realizada criança, alerta Laplanche (1992/1996), seria a desqualificação da mensagem, de modo que, o inconsciente e a constituição psíquica da criança não corresponderiam *ipsis literis* aquilo que lhe foi fornecido e transmitido pelos cuidadores primários.

A desconsideração desses elementos, nos informa Bleichmar (1984/1993), não estaria livre de consequências para a clínica e para a teoria. De acordo com a autora, as tentativas de justificar o quadro de uma criança se referindo única ou preferencialmente às condições de saída e descrevendo a criança como passiva diante dos desejos e fantasmas parentais terminariam por fixá-la na posição de objeto, expropriando-a de sua condição de sujeito desejante. Ao adotarmos essa via, nos informa a autora, perderíamos de vista ainda a dimensão do sintoma como um produto derivado do conflito entre sistemas psíquicos e, portanto, de ordem intrassubjetiva (Bleichmar, 1993/1994). A nosso ver, o segundo caso clínico apresentado nos fornece um bom exemplo da importância desses aspectos, uma vez que o desejo de Paula em manter-se como objeto de amor privilegiado de sua mãe desempenhou papel importante em sua formação sintomática. Do ponto de vista da clínica, portanto, a adoção de tais atitudes terminaria por dificultar a compreensão e o manejo adequado do caso.

A pouca atenção conferida à atividade da criança, nos alerta a autora, promoveria ainda a redução das variáveis consideradas determinantes em seu processo de estruturação psíquica. Favorecendo o recurso a fórmulas vazias e generalistas para a explicação de um dado sintoma ou modo de organização psíquica da criança, tais como: a mãe simbiótica, a mãe do psicótico, o filho como sintoma do casal parental, entre outros. Bleichmar (1984/1993) aponta para a importância clínica e teórica de relativizarmos essas fórmulas gerais por meio do reconhecimento da multiplicidade de variáveis envolvidas no processo de estruturação psíquica de uma criança. Pois a adesão a tais fórmulas, longe de nos fornecerem uma compreensão aprofundada, promoveriam a homogeneização dos fenômenos, por exemplo, descrição da psicose no lugar de as psicoses, além de funcionarem como potenciais mecanismos de produção de culpabilização dos cuidadores e, em especial, da mãe (Bleichmar, 1984/1993, 1993/1994).

3.5 - Efeitos desta perspectiva na compreensão das relações de cuidado

Ao analisar os princípios sociais sobre o cuidado com bebês e crianças, Parker (1995/1997) afirma que “nossa cultura permite flexibilidade em outras atividades que envolvam contato íntimo, certa heterogeneidade, certa diversidade de estilos, mas quase nenhuma no tocante à maternação” (p. 18). Denunciando, assim, a fixidez das normas e princípios que permeiam as relações de cuidado que, de tão rígidos, se aproximariam de representações ideais. Ainda de acordo com a autora, mesmo que as mulheres fossem capazes de produzir diferentes respostas a esses ideais, às “representações culturais e públicas do bom e do mau exercício da maternidade a tais pressupostos é impossível fugir” (Parker, 1995/1997, p. 14).

No campo teórico, o tema das origens do sujeito psíquico conheceu diferentes abordagens ao longo da história da psicanálise. E algumas delas, em especial as que valorizavam o vínculo mãe-bebê no processo de constituição psíquica, atraíram o interesse e também a crítica de diversas autoras feministas. Por ora, destacaremos duas dessas críticas mais alinhadas a nosso propósito: 1) a primeira delas realizada por Chodorow (1978) e também por Parker (1995/1997) alertava sobre a infiltração de ideias e fantasias infantis nas teorias psicanalíticas sobre as relações de cuidado; 2) a segunda elaborada por Doane e Hodges (1992), e que serviu de base para a nossa hipótese de trabalho, denunciava a forma como alguns psicanalistas vinham pretendendo abordar as relações de cuidado, a saber, conferindo grande atenção às necessidades e processos internos da criança e quase nenhuma à subjetividade da mãe. É com base nesse cenário, brevemente delineado, que realizaremos a análise das formulações de Bleichmar (1984/1993, 1993/1994), buscando avaliar em que medida elas contribuem para a manutenção ou para o questionamento de compreensões idealizadas e prescritivas acerca das relações de cuidado.

Conforme demonstrado anteriormente, na perspectiva apresentada por Bleichmar (1984/1993) a criança seria entendida como um sujeito em estruturação no qual nem o ego nem o inconsciente estariam presentes desde o início. Cabendo, portanto, ao adulto, integrante desta dupla com a tópica psíquica já constituída, a realização de importantes funções. Para a autora, porém, a capacidade para a realização das funções de duplo comutador não estariam vinculadas ao instinto ou a características especiais das mulheres, mas sim a dois aspectos da subjetividade do adulto: 1) à existência de uma tópica psíquica clivada entre pré-consciente-consciente e inconsciente e à capacidade do adulto de jogar com esses “dois sistemas com

conteúdos e formas de funcionamento diferentes” (Bleichmar, 1984/1993, p. 128), que possibilitariam o fornecimento à criança tanto de implantações sexualizantes quanto de vias colaterais de ligação, essenciais para o processo de constituição psíquica; 2) e aos conteúdos psíquicos derivados da história libidinal do adulto, determinantes na presença ou ausência do desejo de vincular-se a uma determinada criança, bem como no modo de encarar as tarefas de cuidado (Bleichmar, 1993/1994).

Ao apontar para a impossibilidade de dissociarmos o exercício das funções de cuidado dos processos psíquicos de quem as exerce, Bleichmar (1984/1993, 1993/1994) demonstra a importância de trazermos os processos em jogo na subjetividade do adulto para o interior das análises das relações de cuidado, posicionamento consonante com a crítica elaborada por Doane e Hodges (1992) sobre o apagamento da subjetividade materna em abordagens psicanalítica sobre o tema. A nosso ver, outro efeito possível da abordagem realizada por Bleichmar (1984/1993, 1993/1994) seria o enfraquecimento das justificativas para a divisão das tarefas de cuidado com base no sexo-gênero dos cuidadores. Pois, uma vez que a capacidade para o cuidado estaria vinculada a elementos como a existência de uma tópica psíquica constituída e ao desejo não haveria motivos científicos para que essas funções fossem atribuídas única ou preferencialmente às mulheres.

O olhar lançado pela autora sobre a subjetividade do adulto, porém, traria consigo uma especificidade. Ao descrever os adultos como sujeitos clivados, “agitado[s] por moções de desejo enfrentadas” (Bleichmar, 1993/1994, p. 29), que interagem com o mundo, bem como com as crianças que têm sob seus cuidados a partir de seus aspectos conscientes e inconscientes, Bleichmar recupera uma dimensão que, de acordo com Laplanche (1992/1996), no campo das relações de cuidado, tendeu ao esquecimento na psicanálise depois de Freud, a dimensão da sexualidade inconsciente. Ainda que confira grande importância tanto aos aspectos conscientes quanto inconscientes do adulto no processo de constituição psíquica da criança, Bleichmar (1984/1993, 1993/1994) parece apontar para uma prioridade dos conteúdos inconscientes no estabelecimento das relações de cuidado. Uma vez que, nesta perspectiva, mesmo o exercício das funções narcisizantes estariam condicionadas a um acontecimento anterior, a saber, o estabelecimento ou não de um vínculo pulsional do adulto com o objeto criança. Vínculo esse, como nos lembra Freud (1915/2004), sempre contingente tendo em vista que a pulsão não possuiria objeto fixo. A nosso ver, esse seria o primeiro abalo promovido pela perspectiva informada por Bleichmar na dimensão ideal que comumente reveste as descrições da maternidade. Ao desvelar o elemento da contingência presente no interior das vinculações mãe-bebê, a autora demonstra que, ao contrário do postulado pelo

ideal, esse vínculo não seria naturalmente garantido, mas sim determinado pelo desejo, podendo, portanto, vir ou não a se estabelecer.

Ao associar a capacidade da mãe para o cuidado a elementos derivados de sua história libidinal, no lugar de vinculá-la a elementos como o instinto ou a intuição, Bleichmar (1984/1993, 1993/1994) promoveria um segundo afastamento das relações de cuidado do universo seguro produzido pela ação dos ideais. Pois, enquanto a referência ao instinto e à intuição trariam a certeza de que a mãe saberia o que faz, bastando deixar a criança sob seus cuidados para garantir o acesso a um funcionamento pleno de seu aparelho psíquico, a referência à história libidinal implicaria tanto no reconhecimento do caráter singular da relação que cada mãe estabeleceria com cada bebê, dificultando generalizações, quanto no reconhecimento da presença na história libidinal da mãe de elementos facilitadores e dificultadores do exercício das funções de cuidado. A nosso ver, a referência à história libidinal do cuidador traria consigo não apenas o benefício de possibilitar a construção de representações da maternidade menos comprometidas com as instâncias ideais, como também possibilitaria a abertura de novas vias para uma compreensão psicanalítica acerca das possibilidades e impossibilidades de determinado adulto no exercício das funções de cuidado.

Retomando a crítica realizada por Bleichmar (1993/1994), com frequência as caracterizações sobre pais e mães tenderiam a apagar o sexual neles, como que salvaguardando essas figuras e as funções por elas desempenhadas da dimensão do erro e do desvio seja em relação a si mesmo seja em relação às representações culturais do bom cuidado, bem como da dimensão do conflito psíquico e da ambivalência afetiva inerentes a experiência do adulto que constituiu uma tópica psíquica, pois derivadas da clivagem entre os sistemas pré-consciente–consciente e inconsciente. Nesse sentido, ao incluir o inconsciente do adulto em suas formulações, Bleichmar contribuiria para a desconstrução de representações ideais, uma vez que, os elementos do desvio, do conflito e da ambivalência afetiva passariam a ser vistos como a regra e não como a exceção no campo das relações de cuidado.

A nosso ver, tais elementos presentes na perspectiva teórica informada por Bleichmar (1984/1993, 1993/1994) trariam consigo o potencial de contestar as representações ideais do adulto cuidador, uma vez que demonstrariam que não haveria só um jeito de ser pai ou mãe, mas sim uma multiplicidade de arranjos possíveis, nos quais cada adulto assumiria essas funções a seu modo e a partir de seus atravessamentos inconscientes. Aproximando-nos, assim, tanto do caráter de construção das relações de cuidado, quanto da singularidade que permeará as construções realizadas por cada dupla adulto-criança em particular.

Outro ponto digno de nota na abordagem realizada pela autora acerca das relações de cuidado, diz respeito à crítica realizada por Bleichmar (1984/1993, 1993/1994) à busca de explicações monocausais para a compreensão de um sintoma ou de determinada forma de organização psíquica. Crítica que parece solidária à preocupação apresentada por autoras feministas com a criação de fórmulas generalizantes que, não raro, localizam nos cuidadores primários, em especial, na figura da mãe, a culpa pelos eventuais percalços observados na constituição psíquica da criança (Chodorow, 1978; Doane & Hodges, 1992). Pois, a nosso ver, ao caracterizar a constituição psíquica e a manifestação sintomática como produtos do entrecruzamento de uma pluralidade de fatores derivados não apenas dos adultos que têm os cuidados da criança a seu encargo, mas também das vicissitudes histórico-traumáticas daquela relação singular, e da própria criança a partir de sua atividade metabólica, Bleichmar (1984/1993, 1993/1994) recupera o caráter dinâmico e complexo dos processos de constituição psíquica. Demonstrando a insuficiência teórica e clínica de fórmulas como a mãe simbiótica ou a mãe do psicótico para fornecerem um encaminhamento adequado para a questão.

Ainda que a perspectiva informada por Bleichmar (1984/1993, 1993/1994) apresente o potencial de produzir uma série de aberturas e desconstruções no que diz respeito às representações ideais do adulto cuidador e das relações de cuidado, reconhecendo, por exemplo, a importância dos desejos e fantasias inconscientes do adulto na determinação da postura que ele assumirá diante dos cuidados com a criança, dois elementos chamam atenção nas construções teóricas por ela realizadas. O primeiro diz respeito à figura do pai nos casos clínicos anteriormente apresentados: mesmo que reconheça tanto no pai de Daniel quanto no pai de Paula o desejo de assumirem um lugar nos cuidados primários com os filhos, tais movimentos tendem a ser interpretados por um viés negativo, tais como uma tentativa de obstaculizar a relação da mãe com o filho, como no caso Daniel, ou uma apropriação dos filhos por parte do pai, como no caso Paula (ver Bleichmar, 1993/1994, p. 16 e 170). Ao tecer considerações acerca dos movimentos realizados pelo pai de Daniel, por exemplo, Bleichmar (1993/1994) chega a afirmar

que tipo de ‘pai’ requeria este momento da constituição da criança cujas vicissitudes estamos tentando explorar? . . . Um pai capaz de sustentar a mãe em seu posicionamento, quer dizer, não apenas de sustentá-la como mãe do filho, senão que de oferecer um pólo [*sic*] sexual capaz de produzir uma derivação da ‘sedução sobrance’, quer dizer, de ‘drenar’ libido materna, que se localiza no filho quando outras vias da feminilidade estão cerceadas. (p. 45)

A nosso ver, esse exemplo, acrescido da descrição das funções de duplo comutador como sendo realizadas prioritariamente pela mãe apontam para a presença da divisão tradicional dos papéis de gênero na descrição realizada pela autora acerca das relações de cuidado¹⁷. Uma descrição prescritiva na medida em que dificulta o reconhecimento e a valoração positiva de desejos e ações que não se adequam à ordem estabelecida.

Outro elemento passível de crítica diz respeito à utilização recorrente da chave de leitura freudiana, a saber, o reconhecimento da castração e a substituição do desejo por um pênis pelo desejo por uma criança, nas interpretações do desejo da mulher por um filho (ver Bleichmar, 1984/1993, p. 177 e 183, 1993/1994, pp. 16-17 e 170). Ainda que essa seja uma interpretação possível, parece-nos importante ressaltar que, justamente por encontrar sua origem no inconsciente, o desejo da mulher por um filho não poderia ser reduzido a uma fórmula única, visto que conhecerá uma multiplicidade de significados possíveis a partir da história singular de cada uma. Lembramos ainda que a castração, tal qual desenvolvido por Laplanche (2015), encontrar-se-ia do lado dos esquemas narrativos, isto é, das teorias sexuais infantis elaboradas pela criança para traduzir as mensagens de designação de gênero que lhe são propostas pelos adultos. Pertencendo, portanto, mais ao domínio do pré-consciente e dos mecanismos utilizados para recalcar a sexualidade infantil, do que ao inconsciente.

Com base em nossa argumentação e retomando a hipótese que deu origem a esse trabalho, parece-nos possível concluir que a atenção conferida por Bleichmar (1984/1993, 1993/1994) à subjetividade do adulto cuidador e a sua dimensão inconsciente possibilitou à autora a criação de uma teoria menos comprometida com representações ideais do adulto e das relações de cuidado. Já no que diz respeito à prescrição de funções, ainda que encontremos em Bleichmar (1984/1993, 1993/1994) construções teóricas capazes de contestar a validade científica da divisão de tarefas de cuidado com base no sexo-gênero do cuidador, nossa análise permitiu observar a presença de reproduções da divisão tradicional dos papéis de gênero no que diz respeito às relações de cuidado na teoria proposta pela autora.

¹⁷ Nos livros analisados, algumas poucas exceções a essa tendência puderam ser encontradas no capítulo dedicado pela autora à análise dos “Paradoxos da constituição sexual masculina”. Nele encontramos passagens que dizem da possibilidade do pai vir a ocupar um lugar nos cuidados precoces com a criança, por exemplo, quando diante do questionamento de como o pai ingressaria nos tempos das origens, Bleichmar (1984/1993) afirma que “a partir dos cuidados precoces compartilhados, como metonímia da mãe que inscreve, por sua vez, restos de percepção que não terminam de ser assimilados pelos movimentos de pulsação que ela exerce” (p. 188) e “aludimos anteriormente ao caráter sedutor e pulsante dos cuidados primários nos quais o pai ocupa, ante o corpo do filho, um lugar não apenas de interdição do gozo materno senão de exercício, ele mesmo, de seu próprio gozo auto-erótico – quer dizer, homossexual” (p. 190).

3.6 - Considerações finais

Conforme demonstrado ao longo de nossa investigação, Bleichmar (1984/1993, 1993/1994) confere grande importância à subjetividade e ao inconsciente do adulto em suas teorizações acerca das origens do sujeito psíquico. Ao promover um afastamento do exercício das funções de cuidado do domínio seguro da natureza e dos instintos e ao aproximá-lo do terreno singular do desejo e das vicissitudes libidinais de quem cuida, a autora demonstra que o vínculo adulto-criança pertenceria ao campo da contingência e que as interações estabelecidas no interior das relações de cuidado estariam necessariamente sujeitas à ação do conflito psíquico, do desvio e da ambivalência afetiva, características essas inerentes à constituição psíquica do adulto.

A nosso ver, é a consideração desses aspectos o que confere à perspectiva teórica elaborada por Bleichmar (1984/1993, 1993/1994) o potencial de construir representações do adulto e das relações de cuidado menos comprometidas com a ação dos ideais. Proporcionando, assim, benefício semelhante ao esperado por Parker (1995/1997) em sua análise da ambivalência materna, a saber, “permitir às mães (e a todas as pessoas) a constatação de que as mães, em sua maioria, não são nem tão ‘más’ quanto tememos, nem tão ‘boas’ quanto desejamos” (pp. 14-15).

3.7 - Referências

- Bleichmar, S. (1993). *Nas origens do sujeito psíquico: do mito à história*. (K. B. Behr, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1984).
- Bleichmar, S. (1994). *A fundação do inconsciente: destinos de pulsão, destinos do sujeito*. (K. B. Behr, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas Sul. (Trabalho original publicado em 1993).
- Bleichmar, S. (2005). *Clínica psicanalítica e neogênese*. (A. B. de Mello; H. Vettorazzo Filho & M. C. Perdomo, Trad.). São Paulo: Annablume.
- Chodorow, N. (1978). *The reproduction of mothering: psychoanalysis and the sociology of gender*. California: University of California Press.

- Doane, J. L. & Hodges, D. (1992). *From Klein to Kristeva: psychoanalytic feminism and the search for the "good enough" mother*. Michigan: The university of Michigan press.
- Freud, S. (1989). A etiologia da histeria. (V. Ribeiro, Trad.). In J. Strachey (Org.). *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 3, pp.187-215). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1896).
- Freud, S. (2004). Pulsões e destinos da pulsão. In *Obras psicológicas de Sigmund Freud*. (L. A. Hanns, Trad., vol. 1, pp. 133-173). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1915).
- Laplanche, J. (1992). *Novos fundamentos para a psicanálise*. (C. Berliner, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1987).
- Laplanche, J. (1992). *Problemáticas IV: o inconsciente e o Id*. (A. Cabral, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1981).
- Laplanche, J. (1996). La interpretación entre determinismo y hermenéutica: un nuevo planteo de la cuestión. In J. Laplanche. *La prioridad del otro en psicoanálisis*. (S. Bleichmar, Trad.) (pp. 135-166). Buenos Aires: Amorrortu editores. (Trabalho original publicado em 1992).
- Laplanche, J. (2015). *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano 2000 - 2006*. (V. Dresch & M. Marques, Trad.) Porto Alegre: Dublinense.
- Parker, R. (1997). *A mãe dividida: a experiência da ambivalência na maternidade* (A. X. Lima & D. X. Lima, Trad.). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. (Trabalho original publicado em 1995).
- Spitz, R. (2004). *O primeiro ano de vida*. (E. M. B. Rocha, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1965).

4 - CONCLUSÃO

Conforme buscamos demonstrar ao longo de nossa argumentação, as tentativas de atrelar o exercício das tarefas de cuidado a características naturais das mães e mulheres configuram-se como construções derivadas do projeto político burguês instituído entre os séculos XVIII e XIX (Nunes, 2011). Tal qual demonstrado por Nunes (2011), parte das estratégias utilizadas por esse projeto consistia em se valer de um discurso naturalista que “pressupunha homens e mulheres naturalmente diferentes e complementares” (p. 107) como forma de justificar desigualdades na inserção social desses sujeitos. O enfoque minucioso, e por vezes exacerbado, conferido pelo projeto burguês às diferenças físicas e às supostas diferenças morais entre homens e mulheres conduziram “a consolidação da ideia de uma diferença de essências, naturalmente determinada” (Nunes, 2011, p. 105) entre eles. Abrindo, assim, espaço para a criação de um ideal feminino associado à dedicação da mulher à maternidade e, por extensão, à esfera doméstica e às questões relativas ao lar (Nunes, 2011).

Produto da cultura ocidental, desde o seu surgimento também a psicanálise sofreu forte influência dos pressupostos e ideais acerca de homens e mulheres informados pelo projeto político burguês (Nunes, 2011). Nesse sentido, adotando uma perspectiva crítica, se por um lado a teoria das relações objetais possibilitou o reconhecimento da importância das relações estabelecidas nos primeiros tempos de vida para a constituição do *infans* e de seu psiquismo e, por extensão, a valorização do trabalho atribuído às mães e mulheres, por outro, tal qual denunciaram autoras feministas, terminou por reproduzir alguns dos pressupostos e ideais criados pelo projeto político burguês.

Penso que meu desejo em realizar uma pesquisa que promovesse um diálogo entre a psicanálise e as teorias feministas encontrou inspiração no estímulo à reflexão e à apropriação crítica dos autores que permearam meus estudos e formação em psicanálise, incentivada tanto pelo contato com colegas quanto pela participação no grupo de estudos Psicanálise e Política. Posicionamento teórico esse que, a meu ver, poderia ser resumido pela proposta presente em um dos primeiros textos selecionados por meu orientador para ser trabalhado por nosso grupo de estudos. Nele, ao comentar o potencial da teoria psicanalítica de afetar e ser afetada pelas circunstâncias sociais, bem como pelas características e condições daqueles que a praticam e daqueles que ela se propõe a cuidar, Mezan (2002) afirma:

não vejo a menor dificuldade em admitir esse afetar-se da disciplina pelo seu entorno e vice-versa. A questão é saber como e em que medida os instrumentos classicamente forjados por Freud e outros permanecem úteis, quais devem ser revisitados, quais se tornaram inválidos e podem ser abandonados, quais são os novos, qual é a sua eficácia. (p. 318)

Já a escolha pela realização de uma pesquisa teórica foi guiada pela consciência do potencial de uma teoria em respaldar ações tanto no campo clínico quanto no campo social. Parker (1995/1997) nos fornece um exemplo significativo da influência que uma teoria pode ter no campo social ao relatar a utilização do trabalho do psicólogo norte-americano Jay Belsky¹⁸ para respaldar uma das posições nos debates acerca do fornecimento de assistência à infância, tal como a destinação de recursos públicos à construção de creches, que permearam as eleições gerais inglesas na década de 1990 (ver Parker, 1995/1997, p. 164-165). Já no campo clínico, encontramos um exemplo desse potencial no relato de Melo, Andrade e Lima (2012) que demonstraram como a impregnação da “escuta de Iva [analista que conduziu o caso] . . . [pelas] concepções estruturalistas acerca da psicose” (p. 542), caracterizada pelo modelo teórico do falicismo materno e da forclusão da função paterna, impediram que a analista reconhecesse o sofrimento da mãe de seu paciente e realizasse o manejo adequado das questões que permeavam aquele arranjo mãe-criança em particular. Caso em que a aplicação rígida de uma fórmula generalista acerca da dinâmica mãe-criança culminou na interrupção do processo analítico de seu paciente.

Foi com base nessas constatações e apoiando-nos nas teorias, bem como nas críticas realizadas por autoras feministas à forma como alguns psicanalistas vinham pretendendo discutir as relações de cuidado – em especial as elaboradas por Chodorow (1978), Doane e Hodges (1992) e Parker (1995/1997) –, que nos propusemos a realizar uma investigação sobre o adulto envolvido em uma relação de cuidado com uma criança, adulto cuidador, tal qual descrito pela teoria de dois importantes psicanalistas, D. W. Winnicott e Silvia Bleichmar. Nesse contexto, a crítica realizada por Doane e Hodges (1992) acerca do recorrente apagamento da subjetividade do adulto nas descrições de psicanalistas sobre as relações estabelecidas nos primeiros tempos de vida serviu como base para a formulação de nossa hipótese de trabalho. A saber, a de que a pouca atenção conferida por uma teoria à subjetividade do adulto cuidador, seus processos internos e, em especial, sua dimensão

¹⁸ De acordo Parker (1995/1997), em linhas gerais, a teoria desenvolvida por Belsky centrava-se em torno dos supostos problemas decorrentes da privação materna. Belsky alegava que “o acompanhamento substitutivo por mais de 20 horas por semana, durante os 12 primeiros meses de vida de um bebê, leva a uma ligação insegura entre mãe e filho e aos problemas comportamentais daí decorrentes” (Parker, 1995/1997, pp. 164-165).

inconsciente, favoreceria construções teóricas idealizadas e prescritivas tanto acerca desse adulto quanto das relações e tarefas de cuidado.

Nesse sentido, o presente estudo buscou, por meio da revisão bibliográfica e da revisão crítica das teorias de D. W. Winnicott e Silvia Bleichmar, compreender como cada um deles descrevia o adulto cuidador, quais funções atribuíam a ele e qual foi a atenção conferida por esses teóricos à subjetividade e ao inconsciente desse adulto. De como a obter elementos que nos permitissem avaliar o potencial de cada uma dessas teorias em contribuir para o questionamento ou para o incentivo a compreensões idealizadas e prescritivas acerca do adulto e das relações de cuidado.

Nossa aproximação da teoria elaborada por Winnicott sobre os primeiros tempos de vida de uma criança permitiu que encontrássemos uma rica teorização sobre as necessidades e sobre as eventuais dificuldades enfrentadas pelo lactente ao longo do seu amadurecimento pessoal. A partir dessa aproximação, constatamos ainda a grande importância conferida pelo psicanalista ao ambiente enquanto agente de facilitação do processo de amadurecimento do bebê, bem como a forte atribuição das tarefas iniciais de cuidado à mãe. No entanto, a despeito da importância conferida pelo autor ao ambiente na facilitação das muitas tarefas do amadurecimento do lactente, constatamos que pouca atenção foi por ele conferida à subjetividade e aos processos psíquicos da mãe envolvida na tarefa de constituir-se enquanto ambiente suficientemente bom para uma criança.

Já no que diz respeito à atenção conferida por Winnicott à dimensão inconsciente dos adultos cuidadores, a presente investigação demonstrou que o autor encontrava-se ciente da influência que os desejos e fantasias inconscientes do adulto poderiam exercer na dinâmica das relações de cuidado. Ainda assim, aparentemente, este não se configurou como um foco da atenção de Winnicott na elaboração de sua teoria.

Nesse sentido, no que diz respeito à atenção conferida por Winnicott à subjetividade do adulto cuidador, concluímos que, ainda que em alguns momentos de sua obra o autor incentive e diga sobre a importância da investigação dos processos internos do adulto para a compreensão das relações de cuidado, ele termina por não tomar a tarefa para si. Com base nessa constatação, levantamos a hipótese de que seria a perspectiva do lactente que guia as análises de Winnicott acerca das relações estabelecidas durante os primeiros tempos de vida da criança. E buscamos demonstrar como a adoção de um enfoque unilateral, isto é, predominantemente centrado nas questões referentes à criança, poderia ser problemático em uma análise das relações de cuidado.

A análise dos textos do autor permitiu ainda que constatássemos a presença de duas correntes de pensamento em Winnicott acerca do lugar conferido à mãe como ambiente facilitador por sua teoria. Ao longo de nossa argumentação, buscamos demonstrar como a escolha de uma ou outra corrente de pensamento não se encontrava isenta de implicações práticas distintas para o campo clínico e social. A título de ilustração, podemos comparar a perspectiva que buscamos sustentar ao longo do primeiro artigo, que buscou demonstrar as importantes aberturas trazidas pela corrente de pensamento em Winnicott que valorizava o desejo e a história libidinal da mãe na análise dos diferentes aspectos das relações de cuidado, com aquela sustentada por Dias (2012). Na qual, ao considerar a relação entre ego e instintos, a autora sustenta que, para Winnicott, desde que um indivíduo tenha recebido boa provisão ambiental, seu ego se desenvolveria em uma zona livre de conflitos. Neste contexto, as experiências instintuais poderiam ser integradas e pessoalizadas, contribuindo para o fortalecimento do ego e do si mesmo. No adulto saudável, portanto, “a estruturação do ego não est[aria] sujeita às vicissitudes instintuais” (Dias, 2012, p. 90). Com um adulto assim descrito, acrescido das particularidades do conceito de preocupação materna primária, não nos parece estranho que a tarefa de adaptar-se de modo absoluto às necessidades do lactente fosse tomada como simples ou natural na perspectiva sustentada pela autora. A mãe adulta, nos informa Dias (2012), “não expõe o bebê aos seus próprios impulsos” (p. 137). Ainda de acordo com a autora, na leitura da teoria winnicottiana por ela apresentada, a relação mãe-bebê não poderia nem mesmo ser tomada como erótica, “pois o bebê não é regido pelo princípio do prazer, mas pela necessidade de ser, de sentir-se real e de chegar a existir num mundo real” (Dias, 2012, p. 292).

A nosso ver, ao vincular a capacidade para o cuidado e o saber sobre o bebê a supostas características naturais das mães e ao tomar a identificação com o bebê como certa em mulheres saudáveis, a primeira corrente de pensamento contribuiria tanto para naturalização da atribuição das tarefas de cuidado à mãe quanto para a consolidação do ideal materno, encontrando-se, portanto, mais alinhada aos pressupostos e ideais do projeto político burguês denunciado por Nunes (2011) e Parker (1995/1997). Já a segunda corrente de pensamento presente em Winnicott, ao associar a capacidade para o cuidado e para a identificação com o bebê a elementos como o desejo, a escolha e as vicissitudes da história libidinal de cada mãe em particular, abriria espaço para consideração dos aspectos referentes à subjetividade e aos processos internos daquele que cuida em nossas análises sobre as relações de cuidado. Contribuindo, assim, para a criação de representações da mãe e das relações de cuidado menos comprometidas com a ação dos ideais.

No segundo artigo que compõe essa dissertação, a partir da análise da teoria de Silvia Bleichmar pudemos constatar que a autora confere grande importância ao adulto e às funções por ele desempenhadas junto à criança durante os primeiros tempos de vida. Vimos que, para a autora, a constituição da tópica psíquica no lactente encontra-se diretamente relacionada à presença de uma tópica já constituída e clivada no adulto cuidador, bem como ao desejo desse adulto e à sua capacidade de jogar com os conteúdos e formas de funcionamento diferentes dos sistemas pré-consciente–consciente e inconsciente durante o cuidado com a criança. Construções essas que, a nosso ver, trazem a subjetividade do adulto e seus processos internos para o centro das discussões acerca das relações de cuidado.

Buscamos demonstrar a importância atribuída por Bleichmar à subjetividade e aos processos internos do adulto para a compreensão da dinâmica das relações de cuidado por meio da descrição e análise de trechos de dois casos clínicos conduzidos e comentados pela autora. Neles pudemos observar como o adulto é afetado pela chegada e pela manutenção de uma relação de cuidado com uma criança, e como aspectos conscientes e inconscientes de seu psiquismo permeiam essas relações.

Ainda que confira aos aspectos conscientes do cuidador grande importância no processo de constituição psíquica da criança, nossa análise demonstrou o lugar de destaque conferido por Bleichmar aos conteúdos e processos inconscientes do adulto na dinâmica dessas relações. Aspecto esse que conferiu à teoria da psicanalista argentina o potencial de fazer frente a uma série de pressupostos e ideais acerca das relações de cuidado derivados do projeto político burguês. A nosso ver, a atenção conferida por sua teoria à subjetividade e ao inconsciente do adulto permitiram a Bleichmar desvelar o caráter contingente das vinculações mãe-bebê, demonstrar a influência da história libidinal do adulto nos diferentes arranjos e vicissitudes que permeiam as relações de cuidado, bem como trazer para o interior desse campo de pesquisa a ideia de que as ações do adulto estariam necessariamente sujeitas ao desvio, ao conflito e à ambivalência afetiva. Possibilitando, assim, o enfraquecimento tanto das justificativas para a divisão das tarefas de cuidado com base no sexo-gênero dos cuidadores quanto das representações ideais da mãe e das relações de cuidado.

Constatamos ainda que a atenção conferida por Bleichmar à atividade psíquica da criança contribuiu para a formulação de uma teoria menos afeita a busca por explicações monocausais para processos complexos, tais como, a estruturação psíquica e o surgimento de eventuais manifestações sintomáticas em uma criança. A nosso ver, essa característica da teoria de Silvia Bleichmar apresenta o potencial de se contrapor à utilização de fórmulas vazias

e generalistas, tais como a mãe simbiótica e a mãe do psicótico, que só fazem promover a homogeneização dos fenômenos e a culpabilização dos cuidadores.

Observamos ainda que, embora a importância conferida por Bleichmar à subjetividade e ao inconsciente do cuidador tenha possibilitado a sustentação dessa série de contrapontos às representações ideais da mãe e das relações de cuidado, elas não foram capazes de garantir a eliminação em sua teoria da prescrição das funções de cuidado com base no sexo-gênero dos cuidadores.

Buscamos, ao longo de nossa argumentação, analisar como dois importantes psicanalistas que se dedicaram ao estudo das origens do sujeito psíquico e das relações estabelecidas nos primeiros tempos de vida descreveram o adulto envolvido em uma relação de cuidado com uma criança. Elegemos como objeto de estudo as teorias de D. W. Winnicott e Silvia Bleichmar, autores que possuem não apenas histórias e percursos teóricos diferentes, mas também que desenvolveram formas distintas, dentro do campo de estudos psicanalíticos, de compreender e teorizar sobre as relações de cuidado estabelecidas entre adulto e criança. Conforme demonstramos ao longo deste trabalho, a nosso ver, ambos os autores analisados apresentam ricas formulações teóricas, que se mostram essenciais para a compreensão dos diferentes aspectos que permeiam as relações de cuidado. Longe de pretender advogar sobre a primazia de uma teoria sobre a outra, buscamos antes colocar em debate alguns aspectos dessas teorias capazes de contribuir para o incentivo ou para o questionamento de compreensões idealizadas e prescritivas acerca do adulto e das relações de cuidado. Esperando, assim, fornecer um incentivo à reflexão e à apropriação crítica das teorias que fundamentam nossa prática, de modo que possamos embasar-nos naqueles elementos teóricos que nelas permanecem úteis, bem como revisar os pontos que se mostrarem necessários.

4.1 - Referências

Chodorow, N. (1978). *The reproduction of mothering: psychoanalysis and the sociology of gender*. California: University of California Press.

Dias, E. (2012). *A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott*. São Paulo: DWWe.

Doane, J. L. & Hodges, D. (1992). *From Klein to Kristeva: psychoanalytic feminism and the search for the “good enough” mother*. Michigan: The university of Michigan press.

- Melo, H. L. A., Andrade, F. C. B. & Lima, H. M. C. (2012). Superando o falicismo: sofrimento materno na psicanálise de crianças. *Psicologia em Estudo*, 17(3), 539-544. Recuperado em 22 de junho de 2020, de <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722012000300019>
- Mezan, R. (2002). Psicanálise e cultura, psicanálise na cultura. In R. Mezan. *Interfaces da psicanálise*. (pp. 317-392). São Paulo: Companhia das Letras.
- Nunes, S. A. (2011). Afinal, o que querem as mulheres? Maternidade e mal-estar. *Psicologia Clínica*, 23(2), 101-115. Recuperado em 14 de junho de 2020, de <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652011000200007>
- Parker, R. (1997). *A mãe dividida: a experiência da ambivalência na maternidade* (A. X. Lima & D. X. Lima, Trad.). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. (Trabalho original publicado em 1995).